ADILSON TADEU BASQUEROTE
(ORGANIZADOR)

A GEOGRAFIA COMO PRÁTICA ESPACIAL DE SIGNIFICAÇÃO



Atena
Editora
Ano 2023

ADILSON TADEU BASQUEROTE
(ORGANIZADOR)

A GEOGRAFIA COMO PRÁTICA ESPACIAL DE SIGNIFICAÇÃO



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Fernanda Jasinski
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A geografia como prática espacial de significação

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 A geografia como prática espacial de significação / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1263-2
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.632230603

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra: **A geografia como prática espacial de significação**", reúne estudos que destacam a Geografia, por meio da análise da ocupação do espaço, relacionando este componente curricular a outros campos de conhecimento. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, o livro é composto por seis capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, cujo norte, é compreensão das práticas espaciais. Aborda estudos que abrangem impactos ambientais, escassez hídrica, instituições militares e geografia, o papel das instituições na formação do espaço, estudos regionais, sucessão familiar, envelhecimento populacional, entre outros.

A obra reflete um panorama de realidades socioculturais variadas e distintas entre si, proporcionado maior abrangência e análise espacial, riqueza cultural e diversidade de sujeitos. Além disso, enfatiza espaço empíricos peculiares, típico de regiões específicas que acrescentam ainda maior teor científico e ineditismo à obra.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A GEOGRAFIA E AS INSTITUIÇÕES MILITARES: A FUNÇÃO DAS ESCOLAS MILITARES NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Data de submissão: 11/01/2023 *Data de aceite: 01/03/2023*

Marco Túlio Martins
Docente na Universidade Estadual de Goiás – Pires do Rio - GO
Pesquisa financiada pela Universidade Estadual de Goiás
http://lattes.cnpq.br/4645702225149575

Laís Naiara Gonçalves dos Reis
Docente na Universidade Estadual de Goiás – Itapuranga - GO
http://lattes.cnpq.br/2113340755707012

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo geral mostrar como historicamente as instituições militares, sobretudo a partir do século XIX, produziram um conhecimento eminentemente geográfico que seria utilizado pelo Estado com a finalidade de consolidar seus projetos territoriais. Assim, será demonstrado basicamente como ocorreram as transformações dos currículos das escolas militares e o quanto essas transformações estavam em acordo com as transformações ocorridas no Brasil no século XIX.
PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Militares; Instituições militares.

GEOGRAPHY AND MILITARY INSTITUTIONS: THE ROLE OF MILITARY SCHOOLS IN THE PRODUCTION AND DISSEMINATION OF GEOGRAPHIC KNOWLEDGE

ABSTRACT: This work has as main objective to show how historically the military institutions, especially from the nineteenth century produced an eminently geographic knowledge that would be used by the State in order to consolidate their territorial projects. So basically it will be demonstrated how the changes occurred curricula of military schools and how these changes were in line with the changes occurred in Brazil in the nineteenth century.
KEYWORDS: Geography; Military. Military institutions.

INTRODUÇÃO

Os estudos geopolíticos no Brasil podem ser datados do início do século XX, sobretudo, a partir do final da década de 1920-1930. Este fato é tido como um marco importante na formação sócio-espacial do Brasil.

Percebe-se nos meios militares do Exército, nas instituições que o compõe,

a existência corrente de um esforço para entender o território. Esse esforço pode ser percebido nas disciplinas que compunham os currículos das escolas militares bem como nos objetivos de várias instituições militares preocupadas, sobretudo, com a produção cartográfica do território. Havia também figuras expressivas dentro dessas instituições militares que produziram obras ligadas ao discurso disseminado pelo Estado, incluindo questões que dizem respeito ao planejamento/ordenamento do território.

As instituições de ensino do Exército tiveram um papel importante na formação de seus oficiais, sobretudo ao que diz respeito ao conhecimento do território. (ZUSMAN, 1996). Ligado a esse fato, uma produção técnica (a cartografia) e intelectual sobre a formação territorial do Brasil começou a ser sistematizada com a criação de várias instituições das forças armadas. Um exemplo dessas instituições foi o *Serviço Geográfico do Exército* criado com o objetivo de sistematizar as ações e os levantamentos de dados sobre o território.

O que se percebe como evidente é o envolvimento do Exército junto ao Estado como o fomentador ou mesmo o propositor desse (re)conhecimento do território. Além de uma produção cartográfica detalhada produzida pelos oficiais do Exército desde o século XVIII, houve também o aparecimento de uma produção intelectual (obras, revistas, compêndios, anuários) que demonstravam os direcionamentos da formação territorial brasileira a partir do século XIX com um discurso evidentemente geopolítico.

Torna-se imprescindível considerar que o Exército é também um campo intelectual e que, sobretudo, a partir do final do século XIX e início do XX, oficiais alunos das escolas militares tornaram-se grandes pensadores geopolíticos contribuindo necessariamente com o projeto territorial brasileiro.

Dentre as instituições militares deve ser destacado, a Real Academia Militar, criada em 1810, que pode ser considerada a primeira instituição militar de ensino no Brasil[1]. Essa instituição, tais como outras que surgiram no decorrer do século XIX até meados do XX, tiveram um papel fundamental para a formação de um grupo dentro da sociedade brasileira – os intelectuais militares (alguns denominados de geopolíticos) – que apresentaram um papel crucial no que diz respeito à formação sócio-espacial brasileira. (MOTTA, 2001).

Assim, este trabalho tem como objetivo geral mostrar como historicamente as instituições militares, sobretudo a partir do século XIX, produziram um conhecimento eminentemente geográfico que seria utilizado pelo Estado com a finalidade de consolidar seus projetos territoriais.

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA GÊNESE DAS INSTITUIÇÕES MILITARES (1810-1880)

No início do século XIX as guerras napoleônicas movimentaram a Europa contra

1 Antes da criação da Real Academia Militar (1810) havia também um ensino militar não institucional que representou as primeiras formas de ensino militar no Brasil. Pode-se verificar essa informação em várias bibliografias específicas da área, principalmente nas teorizações de Nelson Werneck Sodré sobre a História Militar do Brasil (1965).

a Inglaterra e suas consequências foram vivenciadas pela Coroa portuguesa. O bloqueio comercial imposto por Napoleão entre a Inglaterra e o restante do continente afetou diretamente Portugal, aliado inglês. Uma das consequências dessas agitações na Europa foi a transferência, em 1807, da Corte portuguesa para o Brasil.

A infraestrutura que veio para a Colônia foi imensa: o aparelho burocrático foi todo transferido: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha e membros do alto clero. "Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro." (FAUSTO, 2008, p.121).

A época era de plena "transfiguração". A Colônia passava por um processo de recepção da Corte e provocou uma mudança estrutural na sua condição. Foi neste contexto que, dois anos após a chegada da Coroa, em 1810, em quatro de dezembro, foi criada a Real Academia Militar.

Com a criação da Real Academia Militar, D. Rodrigo de Souza Coutinho – Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – tinha como uma de suas missões a criação de um Exército minimamente unificado para a colônia. Segundo Motta (2001), D. Rodrigo entendia que um "exército valeria o que valem os seus oficiais" e que a implantação de condições para a formação profissional dos membros do Exército seria fundamental para assegurar uma defesa mínima do território.

Mesmo com as resistências sofridas para a criação da Real Academia Militar na Colônia, o idealizador D. Rodrigo Coutinho construiu uma proposta bem estruturada para essa instituição. Ela teria o papel fundamental de formação dos oficiais para o Exército, mas também, de formação de engenheiros para atuar diretamente na estruturação e produção do espaço colonial português. Neste sentido, as pessoas que seriam direcionadas para atuar diretamente na infraestrutura da Colônia sairiam dos bancos da Real Academia Militar. "Daí a ideia: a mesma escola que cuidar das técnicas da guerra militar, cuidará, por igual, dessa outra guerra que se traduz em estradas, portos, canais". (MOTTA, 2001, p.21).

Com o estatuto de 4 de dezembro de 1810 que criou a Real Academia Militar, surgiram no Brasil colonial os estudos de Matemática Superior e Engenharia. "Antes dos cursos jurídicos e ao mesmo tempo em que os de Medicina, os de Engenharia foram postos à disposição da mocidade brasileira". (MOTTA, 2001, p.21).

A partir da constituição do estatuto de 4 de dezembro de 1810 foi também instituído um currículo[2] que respondesse às propostas das finalidades que a Real Academia Militar

2 Foi considerado um currículo copioso, extenso e revolucionário por muitos estudiosos. "Não há dúvida que adotar a solução de D. Rodrigo era trilhar caminhos difíceis. Estudar as Matemáticas Superiores, as Ciências Naturais, a Mecânica, no Brasil daqueles tempos, era ato heroico, que ia ao arrepio de todas as tendências, que não encontrava qualquer apoio na estrutura econômico-social dominante, que feria os hábitos de uma cultura humanístico-literária muito sedimentada. Não seria fácil, certamente, organizar estudos que tais, e não é dizer nenhuma novidade o afirmar que não havia pessoas habilitadas para um magistério plenamente capaz, que os livros didáticos não eram encontradiços, que os materiais de laboratório não existiam. Se não fora assim, não estaríamos no Brasil de 1811. O importante, no caso, porém é assinalar que, a despeito das carências e dos óbices, a Academia acabou prevalecendo, mais forte do que tantas vicissitudes. Seu currículo, ato de coragem e de desafio, decorreu de elaboração mental valiosa e meritória.

foi incumbida. O primeiro currículo teve duração de sete anos e formou o oficial do Exército nos seguintes moldes:

> 1º ano: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.
>
> 2º ano: Álgebra, Geometria, Geometria Analítica (com designação de "aplicações de Álgebra à Geometria), Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.
>
> 3 ano: Mecânica, Balística e Desenho.
>
> 4º ano: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.
>
> 5º ano: 1) Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de campanha e reconhecimento do terreno. 2) Química.
>
> 6º ano: 1) Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas, Portos e Canais. 2) Mineralogia e Desenho.
>
> 7º ano: 1) Artilharia, Minas. 2) História Natural (MOTTA, 2001, p.22-3).

Percebe-se, portanto, o destaque sobre a necessidade de se ter um conhecimento do território e a preocupação na formação de oficiais capacitados em construir uma infraestrutura básica no território colonial português. A forma estrutural do primeiro currículo da Real Academia Militar ficaria, durante vinte anos, em execução, cedendo lugar a outro somente em 1832. A evolução curricular dessa instituição, uma das principais instituições militares do período colonial, revela o grande debate político existente dentro das forças armadas terrestres e o envolvimento do Estado nas políticas elaboradas por essa instituição.

Entre os anos de 1831 a 1850 a Real Academia Militar passou por cinco importantes e atormentadas reformas. Foram pequenas modificações ocorridas, sobretudo, no currículo e no regulamento, realizadas por decretos do Executivo, sem que o legislativo estivesse sendo consultado sobre o teor do conteúdo. Tais reformas aconteceram nos anos de 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845.

Nessa terceira década do século XIX uma definição clara dos objetivos da Real Academia Militar era necessária para que uma coerência maior fosse estabelecida entre o currículo e o seu regime. Entretanto, as promulgações dessas reformas sucessivas não tinham este objetivo. "Aos seus autores não ocorreu a necessidade de uma inicial e explícita definição daquelas finalidades". (MOTTA, 2001, p.58).

Percebe-se que as reformas expressas entre 1832 e 1845 não obtiveram grandes avanços em direção a uma proposta fundamentalmente original e que tivesse uma prática curricular por mais de três anos. Neste sentido, até meados do século XIX tem-se uma Academia Militar ainda nos moldes promulgados em 1810 apresentando alguns avanços somente no que diz respeito à organização, regime e métodos de trabalho. (MOTTA, 2001)

Inseria-se na melhor corrente de idéias da época, aquela que então já valorizava, devidamente, as matemáticas e as ciências, já era sensível aos valores da técnica e da ação prática contrapostos aos de uma cultura ociosa e contemplativa. Sobretudo, esse currículo colocava a formação do oficial em termos altos e elevava a categoria da técnica militar, vista como ação complexa resultante de saber sólido" (MOTTA, 2001, p.26-7).

(RUDZIT, 1997). Um dos problemas enfrentados, sobretudo entre os anos de 1811-1830, foi o recrutamento de professores[3], melhorado gradativamente com o passar dos anos.

A última reforma desse período até 1850 datou de 1845, momento em que os reclames para uma militarização no ensino do Exército foram colocados definitivamente em prática. Esses reclames apareceram até meados do século XX quando da criação de várias outras instituições militares, de ensino ou não, com o objetivo de criar um ensino focado nas artes da Guerra. Contudo, as forças armadas terrestres não objetivavam somente um ensino tático, mas um ensino que formasse politicamente seus oficiais.

Esse currículo, de forma geral, manteve certa estabilidade pelo fato de não ter revolucionado a estrutura posta desde a criação da Real Academia Militar.

Algumas disciplinas, tais como, Química, Topografia e Arquitetura, estão presentes em todas as reformas das escolas militares. Entretanto, as disciplinas de Botânica, Zoologia, Geologia e Mineralogia aparecem em algumas reformas e desaparecem em outras. Outro destaque sobre essa evolução curricular refere-se ao aparecimento da disciplina História Militar. Essa disciplina aparece neste período com a finalidade de mostrar aos oficiais em formação o sentido da existência, consolidação e unificação das forças armadas. (SODRÉ, 1965).

A propósito da formação dos engenheiros nos moldes do ensino do Exército, essa sempre cumpriu o papel de formar os homens aos quais sempre couberam “os ônus e as honras” de um ensino completo: a Matemática, as Ciências, a Mecânica, a Geodésia, a Astronomia, as técnicas de Engenharia Civil e os conhecimentos militares mais dilatados. (MOTTA, 2001, p.81). De acordo com a Reforma de 1832, a formação de engenheiros foi dividida em três categorias: o “engenheiro militar”, o “engenheiro geógrafo” e o “engenheiro de pontes e calçadas”.

A presença de alguns professores com especializações nas áreas às quais foram designados para ministrar aulas foi extremamente importante no que diz respeito ao conhecimento transmitido para os alunos. Duas figuras destacaram-se no panorama científico do país: Frederico Cesar Burlamarque e Guilherme Schuch de Capanema. Eles tinham seus estudos e pesquisas voltados para a Física e a Mineralogia e buscavam sempre desenvolver estudos sobre as riquezas nacionais, possibilitando, assim, um conhecimento científico acerca do território.

O que se percebe no geral é que desde a criação da Real Academia Militar (1810) até as consequências e mudanças provocadas pela Guerra do Paraguai (1865-70),

3 “O problema de recrutar professores, neste segundo período, apresentou-se bem mais fácil do que nos idos de 1811-1831. Embora lentamente, as condições culturais do País iam melhorando. O número de pessoas cultas aumentava dia a dia, o comércio de livros se ampliava, ensejando a muitos o domínio de certa bibliografia, sobretudo, de origem francesa. E, fator essencial, a própria Academia se constituíra fonte fornecedora de lente, através dos seus diplomados. A primeira geração de professores foi constituída de homens que haviam realizado seus estudos em Portugal, na Universidade de Coimbra ou na Academia Real de Marinha. Esta segunda já era gente feita no Brasil, muitos formados na ambiência da Academia. Alguns nomes desta nova geração se alçariam à posição de relevo, como professores muito eficientes. Foi o caso de Pedro de Alcântara Belegarde e de Frederico Leopoldo Cesar Burlamarque, operosos, interessados em melhorar as condições de ensino” (MOTTA, 2001, p.72-3).

ocorreram uma série de transformações nos currículos das escolas militares – não somente da Real Academia Militar – e que estiveram diretamente influenciadas pelas necessidades que se impunham naquele período. A Geografia como disciplina nos currículos das escolas militares apareceu desde 1810, podendo-se afirmar que, de alguma maneira, o que era definido como Geografia já apresentava singular importância. Mesmo com todas as dificuldades impostas no início do século XIX e, mesmo com a impraticabilidade do currículo proposto por D. Rodrigo Coutinho, já havia uma proposta de inserção de uma certa Geografia – ligada aos conhecimentos de engenharia – nos currículos das Escolas Militares[4]. Uma discussão mais ampliada em relação a essa temática pode ser verificada em Martins (2013).

Outras formas de ensino de Geografia apareceram no decorrer do desenvolvimento dos currículos, veiculadas por uma proposta do que se queria também como Exército. O próprio termo *geográfico* foi cunhado diversas vezes nos currículos complementando o nome de outras disciplinas, como é o caso, por exemplo, do *Desenho Geográfico.*

Como não há descrição dos programas das disciplinas, o aprofundamento teórico sobre o conteúdo de cada uma delas fica comprometido. Entretanto, é importante registrar o interesse e o destaque dado pelos propositores dos currículos, ou seja, àquelas figuras ligadas ao Estado, acerca de um conhecimento geográfico presente nos mesmos.

DOS MOMENTOS QUE ANTECEDEM A REPÚBLICA AO SURGIMENTO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS MILITARES

Os oficiais do Exército brasileiro começaram a integrar e a fazer parte do embate político nacional mais organizadamente a partir das últimas décadas do século XIX. Entretanto, o oficialato viu-se diante dos limites de sua formação, sobretudo, “quanto às mudanças técnicas que se desenvolvem pelo mundo, levando a se preocupar com a sua formação técnico profissional” refletindo numa iniciativa de renovação implementada em 1874. (RUDZIT, 1997, p.39).

Entre os anos de 1874 e 1904, a Escola Militar passou por quatro reformas, sendo duas delas ainda no Império (1874 e 1889) e outras duas na República (1890 e 1898). A primeira dessas reformas tinha dois objetivos principais: liberar o Exército no que diz respeito à formação de engenheiros para as atividades civis e centralizar numa só escola os estudos militares, antes distribuídos entre o Largo do São Francisco e o da Praia Vermelha.

> Assim, enquanto a Escola Central era entregue ao Ministério do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha passava a englobar, além dos cursos de Infantaria, de Cavalaria e de Artilharia, os de oficiais para os Corpos de Estado-Maior e de Engenheiros (MOTTA, 2001, p.159).

---

4 “A Geografia brasileira, explicitamente assim nomeada, aparece nesse quadro como atividade de ‘escola normal’ e, do ponto de vista da pesquisa, como ocupação de engenheiros (basicamente os denominados cartógrafos). Na verdade, quase todo o campo das ciências da Terra e da tecnologia ficava sob a órbita das escolas militares” (MORAES, 2011, p.116).

O Exército não formaria mais aqueles oficiais engenheiros que tinham como objetivo final as obras civis. “Não é que o exército não dê mais importância à formação de engenheiros, e sim o contrário, pois na guerra do Paraguai é demonstrada a importância desta especialização”; contudo, para os oficiais do Exército se faz a necessidade de um engenheiro militar. (RUDZIT, 1997, p.40).

A reforma de 1874 apresentou o aspecto de “homogeneizar a formação de seus oficiais”, ao procurar um ensino que tivesse como base as questões militares e o afastamento dos mesmos de uma formação civil.

Uma das características do currículo de 1874, no que diz respeito à disciplina Geografia foi o seu aparecimento, pela segunda vez, no Curso Preparatório. Não há possibilidade de se relacionar diretamente a influência da Geografia na formação dos oficiais do Exército – da ciência geográfica proposta pelo ensino do Exército – através do conteúdo ministrado. Contudo, podem-se fazer correlações indiretas que levam a algumas conclusões a respeito dessa disciplina Geografia, não somente dela como de todo o conjunto de disciplinas que apresentavam uma menção ao termo *geográfico*.

Um exemplo de uma possível correlação é a análise das produções dos intelectuais advindos de uma formação no ensino militar. É o caso de Nelson Werneck Sodré, Mário Travassos, Golbery de Couto e Silva dentre outros. Esses, iniciaram suas produções no início do século XX e apresentaram um referencial teórico em Geografia que direcionou suas tendências teórico-metodológicas.

Ainda no que diz respeito ao currículo de 1878 comparando-o com os antecessores, percebe-se uma dispersão das matérias correlacionadas com Geografia atual: “no Curso de Infantaria e Cavalaria, Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento de terreno, além do Direito Natural, pode ser correlacionado aos temas da Geografia Humana”. (RUDZIT, 1997, p.43).

No curso de Estado-Maior, há um destaque a ser feito: “a aula de desenho geográfico pode ser correlacionada ao atual curso de Cartografia, principalmente pelo destaque dado à redução de cartas”. (RUDZIT, 1997, p.43). Outro ponto importante a ser destacado é que o curso foi caracterizado pelo mesmo de Artilharia “acrescido de um quarto ano para as matérias de Astronomia, Geodésia, Direito Administrativo, Economia Política e Administração Militar”. O currículo de 1874, denominado posteriormente de “Regulamento Polidoro”, teve uma duração de quatorze anos. Cedo começaram as críticas[5] direcionadas a ele, considerando-o demasiado teórico. Contudo, vieram as ricas discussões e as novas

5 As críticas ao currículo de 1874 cedo começaram a surgir, vindas de dois campos opostos: os que desejavam a ampliação do ensino teórico e os que proclamavam o exagero deste ensino. Diziam os primeiros: “as ciências, nos últimos anos, têm tido tal desenvolvimento que se torna indispensável o desdobramento de algumas cadeiras”. E propunham: a Álgebra Superior deveria sair da primeira cadeira do primeiro ano, para melhor desenvolvimento da Analítica e do Calculo; a Química inorgânica deveria constituir cadeira à parte, não jungida à física; a Mineralogia e a Geologia precisavam separar-se da Botânica e da Zoologia. Nesses termos colocava o problema o comandante da Escola, muito embora ele mesmo, em relatório de 1886, no fale da tremenda sobrecarga de estudos que cai sobre os alunos e afirme que “a não ser alguns privilegiados, poucos são os que em um só ano conseguem ser aprovados em todas as matérias (MOTTA, 2001, p.168).

proposições, a fim de enriquecer os debates políticos da época. (RUDZIT, 1997, p.43).

A nova situação política que apontava no contexto brasileiro, a República, provocou os anseios para uma nova reforma no ensino militar. Há, assim, oficiais que estiveram sempre preocupados com a renovação/modernização das condições desse ensino, sobretudo, ao que diz respeito à profissionalização do/no Exército. Sendo assim, e é perceptível em toda evolução curricular que aqui se demonstra, o ensino no Exército herda a concepção positivista que se fortalece com a Proclamação da República.

Logo após a proclamação da República, Benjamin Constant – antigo professor da Escola Militar da Praia Vermelha e defensor do Positivismo, e agora no posto de General – assumiu o Ministério da Guerra. Ele foi o precursor da primeira reforma no ensino militar na República. Em abril de 1890, um novo currículo para o ensino foi formulado e denominado "currículo Benjamin Constant". Este veio fortemente influenciado por uma concepção positivista. (RUDZIT, 1997, p.72).

Além das ideias e das proposições acerca das escolas militares baseadas no positivismo, tem-se também um discurso presente nas obras dos intelectuais do início da República que contribuiu para a sustentação dessa concepção positivista: a ideia de "missão para salvação da pátria". Estes intelectuais são denominados por Scevecenko (1985) de "mosqueteiros intelectuais": "apregoam serem os responsáveis pela indicação do 'único caminho seguro para a sobrevivência e futuro do país". O caminho deveria ser baseado nas transformações advindas da Europa, tendo como pressuposto a necessidade de uma missão civilizadora e modernizadora. É neste contexto que o currículo Benjamin Constant apareceu em 1890.

> Arrojados num processo de transformação social de grande proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de uma passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abri um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da "geração modernista de 1870" era condenar a sociedade "fossilizada" do Império e pregar as grande reformas redentoras: "a abolição", "a república", "a democracia". O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por "mosqueteiros intelectuais".
>
> Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacnional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga,

> que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militantes (SEVCENKO, N, 1985, p.78-9).

O currículo Benjamin Constan trouxe mudanças radicais em relação àqueles que vinham sendo construídos e aplicados durante todo o século XIX nas Escolas Militares. O *Curso Preparatório,* em particular, carregou um aspecto de originalidade. No que se refere à Geografia, ela não apareceu naquele momento somente como um tópico único e específico, mas surgiu subdividida em Geografia Física sul-americana e brasileira.

Destaca-se também a utilização do termo Geografia Política. Este currículo, como os anteriores, não apresentou detalhes do programa da disciplina ministrada, não podendo detalhá-lo minuciosamente. (RUDZIT, 1997, p.77). Entretanto, o avanço deste currículo em relação aos outros é evidente, sobretudo, no que se refere à Geografia. O termo Geografia Política foi utilizado antes mesmo do lançamento do livro homônimo de Friedrich Ratzel (1897), sendo este considerado o pioneiro em estudos sobre o tema. “Portanto, confirma-se que a geografia já é incluída nos estudos das escolas militares antes mesmo da sua sistematização no país”. (RUDZIT, 1997, p.78).

Em relação ao currículo do *Curso Geral,* a ordem em que as matérias apareceram seguiu categoricamente o conteúdo dos estudos propostos por Comte, ou seja, Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral. (RUDZIT, 1997, p.78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, há a necessidade de algumas conclusões que dizem respeito ao papel do Exército na política nacional bem como o papel exercido pelas instituições militares de ensino na formação dos oficiais.

O Exército em diferentes momentos participou de alguma forma dos caminhos políticos brasileiros. Essa participação nem sempre ocorreu com a mesma intensidade, porém, houve uma correlação entre os acontecimentos na vida política do Brasil e as transformações por que passaram o ensino militar.

A Geografia, ou mesmo os conhecimentos que estão ligados a esta ciência, estiveram presentes desde a criação da Real Academia Militar em 1810. Como se pode depreender do exposto, mesmo quando os conhecimentos geográficos não apareciam com essa denominação faziam parte do arcabouço teórico das escolas militares.

Segundo Rudzit (1997), os alunos dessas escolas militares tiveram a oportunidade de entrar em contato com as duas correntes teórico-metodológicas que dominaram o debate teórico na Geografia naquela época: o embate entre geógrafos alemães e franceses. “Coincidentemente, ou não, foi a mesma disputa que ocorreu pelo controle do ensino militar”, que acabou “ficando a cargo da Missão Francesa”. (RUDZIT, 1997, p.157).

A partir da década de 1930, os instrutores franceses tornam-se supervisores e assessores nas escolas militares. A função de instrutores, ou seja, de professores destas

instituições, a partir desse momento ficou a cargo de brasileiros. Este processo teve uma importância fundamental para o desenvolvimento da Geopolítica brasileira.

Mesmo sem o devido espaço neste trabalho para que se possa fazer uma discussão com tal profundidade, o mesmo apresentou um panorama geral de como ocorreram diversas transformações curriculares e institucionais nas escolas militares bem como a forma que o conhecimento geográfico – ou a própria Geografia – apareceu nos espaços institucionais das forças armadas e contribuiu para a formação daqueles que estavam à frente do comando do Estado.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Didática, 1).

MARTINS, M.T. **A Geografia e o projeto de Brasil:** pensamento geográfico em Nelson Werneck Sodré (1939-1945). Dissertação de Mestrado (Área de concentração em Geografia Humana) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil:** Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército:** Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001

RUDZIT, G. **O processo de formação do oficial do Exército brasileiro & a Geografia (1850 – 1930).** 184 f. Dissertação de Mestrado (Área de Concentração em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão.** Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SODRÉ, N.W. **História Militar do Brasil.** São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1965.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades Geográficas na Promoção do Saber a respeito do território.** Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1832-1945). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CAPÍTULO 2

A SUCESSÃO HEREDITÁRIA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR

Data de submissão: 09/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Miria Luane Schuarcz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava – Paraná
http://lattes.cnpq.br/1858342977937672

Mario Zasso Marin
Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Departamento de Geografia.
Guarapuava – Paraná
http://lattes.cnpq.br/3707647256716872

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo geral analisar a sucessão hereditária na agricultura familiar do município de Virmond-PR. A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se de técnicas de pesquisa secundárias e primárias. Dentre as fontes de pesquisa secundárias foram utilizados livros, artigos e buscas em *sites* que proporcionaram informações sobre o tema. Quanto as fontes de pesquisa primárias foram aplicadas entrevistas junto a agricultores familiares com mais de 50 anos, em 5 diferentes zonas agroecológicas (englobando nove comunidades), a fim de se compreender como está sendo realizado o processo de sucessão familiar. Buscou-se com esta pesquisa entender o processo de sucessão do patrimônio fundiário, suas dificuldades e perspectivas, em Virmond-PR. Foi possível observar que os agricultores tem estimulado os filhos para que estudem. Foi também possível observar que entre a maioria dos agricultores, quando houver a transmissão do patrimônio (a propriedade rural e tudo que ela contém), dividirão a propriedade de forma igualitária (todos(as) receberão a mesma quantidade). Outra questão importante abordada foi o envelhecimento no meio rural, que aparece bem distinta entre os agricultores, pois alguns deles declaram que no meio rural é o melhor lugar para se envelhecer, e alguns dizem que, com o passar do tempo, os filhos tomarão um rumo diferente na vida, e os pais ficarão sozinhos, e que a opção será vender a propriedade e se mudar para a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sucessão familiar. Estratégias de reprodução socioeconômica. Jovens rurais.

HEREDITARY SUCCESSION IN FAMILY FARMS IN THE MUNICIPALITY OF VIRMOND-PARANÁ

ABSTRACT: The aim of this study was to examine hereditary succession in family farming in the municipality of Virmond-

Paraná. The research combined both primary and secondary sources. Primary sources consisted of interviews with family farmers aged 50 or older in five different agroecological zones (encompassing nine communities), and secondary sources included books, articles, and online resources. The study aimed to understand the processes, challenges, and prospects of land succession in Virmond-Paraná. Findings indicated that farmers encouraged their children to pursue education. In most cases it was found that heritage (rural property and its contents) is divided equally among all recipients. Attitudes toward aging in rural areas varied among farmers, with some stating that rural regions are the preferred place to grow old and others preferring their children pursue different life paths away from parents, causing them to sell their farm and move to the city.
KEYWORDS: Family succession, Socioeconomic reproduction strategies, Rural youth.

1 I INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, é responsável por 80% do valor da produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017). O Censo Agropecuário de 2017 identificou 4,6 milhões de estabelecimentos familiares, o que representa 76,82% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os agricultores familiares ficam com 23,18% da área total (351,28 milhões de hectares). Estratégica, a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar, pela geração de emprego e renda e pela manutenção de elementos culturais do meio rural. Diante disso, destaca-se a importância de se debater a agricultura familiar e em particular o processo de sucessão nas unidades de produção, isto é, como a sucessão se realiza e quais as dificuldades para a sua efetivação. Os sucessores normalmente são os filhos homens. Os trabalhos de Carneiro (2000) e Santos (1984), realizados entre os descentes de italianos, mostrava a predominância do filho mais novo (minorato) (*apud* SPANEVELLO, 2008).

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devido em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra. Outra questão é a forma como os filhos não herdeiros da terra são compensados pela cedência de sua parte da herança paterna (BRUMER, 2007).

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, sobretudo em relação às políticas públicas de incentivo à produção de alimentos (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf), a carência de infraestruturas e as dificuldades de acesso a serviços básicos e na geração de renda tem se constituído barreiras à permanência das famílias no meio rural. Além disso as transformações sociais e econômicas das últimas décadas têm impresso desafios à sucessão na agricultura familiar.

Pode-se mencionar a redução do número de filhos, a migração das mulheres ao mercado de trabalho urbano (favorecendo a masculinização no campo) e a competitividade nos mercados agrícolas, etc. Diante desse cenário, alteraram-se as estratégias das famílias para transmitir o patrimônio fundiário como também surgiram limitações para a sucessão.

Por sucessão, entende-se a transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração, enquanto a herança trata da transferência legal do patrimônio, inclusive a terra (GASSON; ERRINGTON *et al.* 1993 *apud* SPANEVELLO, 2008).

Pela lei brasileira (11.326/2006) que trata da agricultura familiar, o produtor familiar está definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas (BRASIL, 2006).

Segundo Anjos, Caldas e Costa (2006, p. 6) "nem sempre a existência de um sucessor e proprietário formal da terra, escolhido entre os membros do grupo doméstico, pode ser vista como algo estático e perfeitamente consensuado no seio da unidade familiar". Esse processo é marcado por uma multiplicidade de arranjos e, muitas vezes, por conflitos no seio da unidade de produção. As estratégias buscam alternativas ao que se pode chamar de "crise de sucessão". Assim, nesse contexto, como se desenvolve o processo de transferência do patrimônio fundiário para as futuras gerações na agricultura familiar de Virmond-PR? Se as dificuldades na sucessão aparecem mesmo quando há um sucessor, elas podem ser ainda maiores quando o mesmo não existe. Assim, que dificuldades os agricultores familiares estão enfrentando para a realização da sucessão nas unidades de produção?

Diante de tais problemas de pesquisa quer-se contribuir com o debate da sucessão hereditária na agricultura familiar de Virmond-PR colaborando com os avanços nas discussões do tema na Geografia. O objetivo geral foi entender como se realiza o processo de transferência do patrimônio fundiário na agricultura familiar de Virmond-PR.

Os métodos utilizados nesta pesquisa foram o monográfico (estudo de caso) e o observacional. O nível da pesquisa foi o exploratório, a partir de pesquisas relacionadas ao tema, com objetivo de entender as dificuldades e perspectivas da sucessão familiar em Virmond-PR.

As técnicas de pesquisa foram as secundárias, baseando-se em artigos, livros e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizadas, também, técnicas primárias de pesquisa, através de entrevistas aplicadas a agricultores familiares com mais de 50 anos. Para isso, inicialmente se delimitou a área com agricultura familiar em Virmond-PR. Nesta área, então delimitada, formaram-se áreas homogêneas seguindo critérios, como o sistema de produção[1] e o relevo, pois as ações dos agricultores

1 Combinação de sistemas de cultivo e de criação simples, conduzidos nos limites autorizados pelo aparelho de produção de uma unidade de produção (força de trabalho, competência, meios mecânicos, químicos, biológicos e terras

não são homogêneas e estão vinculadas a tais realidades. Após essa delimitação, foram aplicadas entrevistas às unidades de produção representativas de cada zona agroecológica[2] para a compreensão do problema da pesquisa. Nessa etapa, as entrevistas foram aplicadas em cada zona agroecológica até o momento em que as informações passassem a se repetir, indicando que as mesmas seriam suficientes para a compreensão do objeto de estudo.

2 I CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Virmond, possui 243,326 km², está localizado na Região Geográfica Imediata de Laranjeiras do Sul – Quedas do Iguaçu e na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e conta com uma população total de 4.051 habitantes (estimativa 2021), 52,41% da população habita o espaço rural (IBGE, 2010). Continua a existir um movimento populacional do campo (redução de 28%) para a cidade (crescimento de 34%), conforme dados de 2000 e 2010. Este processo pode comprometer a sucessão hereditária? (Tabela 1).

Situação do domicílio	2000		2010	
	População residente (Pessoas)	População residente - percentual do total geral	População residente (Pessoas)	População residente - percentual do total geral
Urbana	1.399	34,52	1.880	47,59
Rural	2.653	65,48	2.070	52,41
TOTAL	4.052	100	3.950	100

TABELA 1 – COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE VIRMOND - PR

FONTE: IBGE (2000 e 2010).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal (IFDHM, 2016) de Virmond é moderado (0,7543). Educação (0,8195) e saúde (0,9415) possuem índice elevado. Já renda e emprego é regular (0,5021). Está na posição 139° no estado (dentre 399 municípios) e na posição 1082° no país (dentre 5.575 municípios analisados).

Os desafios a serem enfrentados no meio rural, em função da migração jovem, são grandes: envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a consequente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo;

disponíveis da unidade de produção considerada (MAZOYER, 1987).

2 Zona agroecológica pode ser definida como um espaço geográfico no setor do qual os elementos do tipo ecológico e do tipo antropológico articulam-se de maneira organizada e finalizada. Concretamente, delimitam-se zonas onde um determinado ecossistema (ou combinação homogênea de ecossistemas) é ocupado e explorado por um determinado grupo de agricultores/ou combinação homogênea de grupos sociais, a partir de uma história comum. Este espaço ocupado e explorado é representado como o espaço agropecuário (CASTELLANET, 1995).

a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer, acesso à informação (internet) e renda; os conflitos familiares no processo de sucessão e as estratégias de permanência lançadas nos estabelecimentos familiares (KUMMER; COLGNESE*,* 2013).

O envelhecimento da população rural tem relação direta com o êxodo dos jovens rurais. Essas duas variáveis andam juntas, afirma Godoy (2010), e trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar, pois sem atrativos os jovens migram para as cidades. Sendo assim, novas estratégias de atividades, políticas públicas, lazer, infraestrutura, entre outros fatores proporcionariam a reprodução da agricultura familiar e diminuiria os índices de envelhecimento da população no campo, focando no desenvolvimento do meio rural (GODOY, 2010 *apud* FURLAN *et al*., 2014).

Quanto a presença da agricultura familiar no município de Virmond (Tabela 2), percebe-se que ela é predominante (85,6%), ocupando 46% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Tipologia	Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)
Agricultura não familiar	73	10.413
Agricultura familiar	434	8.792
TOTAL	507	19.205

TABELA 2 – NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA NÃO FAMILIAR EM VIRMOND-PR

FONTE: IBGE (2017).

POPULAÇÃO	URBANA	RURAL	NÚMERO TOTAL	PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO RURAL
Jovem (15 a 24 anos)	282	360	642	17
60 anos ou mais	184	300	484	14
TOTAL	1.880	2.070	3.950	-

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, JOVEM E COM 60 ANOS OU MAIS POR SITUAÇÃO DOMICILIAR E O PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR

FONTE: IBGE (2010)

No que se refere a população idosa, considerando-se a população urbana e rural, ela se concentra no espaço rural, representando 62%. É um sinal da masculinização no espaço rural. Por outro lado, no que se refere a população jovem, considerando-se a população urbana e rural, ela se concentra também no espaço rural, representando 56%.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, desenvolvimento rural foi, por um período da história do país, sinônimo de desenvolvimento agrícola, já que aquele era dado pela modernização do setor agropecuário. Mais recentemente, o desenvolvimento passou a incorporar o rural com destaque para as atividades não agrícolas e ambientais e a considerar os diferentes públicos que ali residem, tais como os agricultores familiares, quilombolas, assentados e ribeirinhos, as mulheres, idosos e jovens (SPANEVELLO *et al.*, 2021).

Segundo Spanevello *et al.,* (2021) essas políticas (incluindo também programas) governamentais atuais têm como propósito favorecer a permanência dos jovens no meio rural, tendo em vista o crescente êxodo juvenil e as dificuldades em torno da sucessão geracional ou da permanência desses jovens como agricultores. No entanto, o êxito dessas políticas depende de uma série de fatores relacionados direta ou indiretamente com o contexto em que vivem e se desenvolvem esses jovens rurais.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 2007).

Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão).

A saída dos jovens é, segundo estudos, um processo gradual de retirada das pessoas do meio rural. No passado, os filhos deixavam a casa paterna para se instalarem no meio rural, seja na própria comunidade (embora em outro estabelecimento), em outro município, região ou até mesmo estado (SPANEVELLO, 2008).

De acordo com Abramovay *et al.* (1998), Silvestro e Cortina (1998), o padrão sucessório que garantia a sucessão dos estabelecimentos familiares era baseado em dois objetivos: assegurar a integridade do estabelecimento paterno e garantir a instalação dos demais filhos na agricultura (*apud* SPANEVELLO, 2008). Para atender a esses objetivos e, consequentemente, manter assegurada a sucessão profissional, Abramovay *et al.* (1998) aponta que, o minorato, garantia ao filho mais novo o estabelecimento paterno, o qual deveria responsabilizar-se pelo cuidado com os pais na velhice.

As motivações e razões que levam os jovens a sair são variadas. Para alguns é o fato de o jovem “não querer trabalhar na agricultura”, “querem vida mansa” ou “sofrer menos”, “a juventude não quer nada”, “buscam uma vida melhor”, enquanto outros afirmam que os jovens migram para “buscar mais divertimento, estar no movimento, na cidade”. A construção da perspectiva de sair do meio rural é um processo que acontece antes mesmo

da fase da juventude ou da chegada à idade adulta: “desde criança já pensam na cidade”. As dimensões que favorecem a saída dos filhos são variadas, podendo ir desde a forma de educar os filhos (cobrando maior ajuda na realização do trabalho no estabelecimento) ou impondo maior rigidez no controle da circulação dos filhos nos espaços externos ao meio rural (SPANEVELLO, 2008).

Segundo Spanevello (2021), o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização. Como consequência, gera uma desmotivação nos jovens para ficar na agricultura. A permanência também está associada à autonomia dos filhos, principalmente financeira. Uma dessas mudanças diz respeito ao próprio lazer para os jovens e suas famílias nas comunidades rurais. Os jovens têm reduzido sua presença nesses espaços, tendo em vista a maior apreciação pelos espaços de lazer urbano.

As dificuldades do trabalho agrícola e doméstico dificultam a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, tendo em vista a falta de atração das moças por essas atividades. Em nome dessas dificuldades, há uma tendência das moças rejeitarem os casamentos com os filhos de agricultores (SPANEVELLO, 2008). Em Virmond (Tabela 5), 60% dos jovens no meio rural (apesar de 56% dos jovens ainda viverem no espaço rural), no censo demográfico de 2010, são do sexo masculino. A tendência, portanto, é de um processo de masculinização. Deve-se destacar que são dados de 2010.

POPULAÇÃO RURAL	MASCULINA	PERCENTUAL (%)	FEMININA	PERCENTUAL (%)	NÚMERO TOTAL
Jovem (15 a 24 anos)	218	60	144	40	362
60 anos ou mais	153	51	148	49	301
TOTAL	1.084	52	986	48	2.070

TABELA 5 - POPULAÇÃO RURAL TOTAL, MASCULINA E FEMININA EM VIRMOND – PR

Fonte: IBGE (2010).

Com a saída dos mais jovens, principalmente as moças, os agricultores ressaltam, sobretudo, as dificuldades em manter as redes sociais locais, sejam familiares ou comunitárias, bem como a continuidade dos estabelecimentos familiares no futuro. Para outros, há um conjunto de fatores explicativos para essa questão, tais como: falta de autonomia dos jovens nos estabelecimentos: “os pais comandam tudo”, a condição da agricultura, a comparação com o lazer da cidade (SPANEVELLO, 2008).

Interessante notar que na agricultura familiar a juventude está presente pela inserção no trabalho familiar do estabelecimento agrícola, caracterizada por uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família

(ABRAMOVAY, 1992 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021). Na agricultura familiar, os jovens, filhos e filhas de agricultores, integram-se aos processos de trabalho na propriedade desde muito cedo, auxiliando no trato de lavouras e animais (SILVESTRO *et al*., 2001 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021). Dessa forma, vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, com a prática da lida no campo, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Nesse sentido, na agricultura familiar, as famílias lançam diferentes esforços para assegurar a reprodução das gerações, tais como constituição do patrimônio fundiário, alocação de diversos membros para trabalhar dentro ou fora do estabelecimento, associações informais entre parentes e vizinhos (WANDERLEY, 2001 *apud* SPANEVELLO, 2008).

É por meio das gerações sucessivas que a sociedade se reproduz; e onde se dá a organização dessa reprodução é na família, considerando que atualmente o processo ocorre de forma mais complexa, perpassando por outras instituições. A inserção produtiva dos jovens rurais[3] ocorre naturalmente. Os filhos vão pouco a pouco aprendendo afazeres agrícolas com os pais, organizando-se de diversas formas, com o trabalho representando uma continuidade entre as gerações (DOWBOR, 2005 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Para Mattei (2015), as razões que motivam as mudanças socioeconômicas e produtivas do rural no Brasil se referem a questões como a ampla produção de *commodities* agropecuárias voltadas ao mercado exportador; a modernização da produção que dispensou mão de obra no campo, acentuando a migração campo cidade; bem como a emergência das atividades não agrícolas associada a reordenação dos espaços geográficos rurais. Favareto (2007 *apud* SPANEVELLO, 2021) menciona que os espaços rurais estão cada vez mais integrados a novas e complexas dinâmicas fazendo surgir transformações sociais que formam a "recomposição do rural" ou a nova ruralidade (WANDERLEY, 2009 *apud* SPANEVELLO *et al*., 2021).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 eram aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos[4]) no meio rural brasileiro; no ano de 2010, esse estrato reduziu-se para 5 milhões, ou seja, uma redução de quase 27%. No país, o número médio de jovens no meio rural representa 20% do total da população (em Virmond são 9%). Esses dados refletem outras estatísticas, como é o dado do perfil dos produtores rurais brasileiros apontados pelo Censo Agropecuário de 2017: produtores

3 Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele que não apenas reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem (KUMMER; COLOGNESE, 2013).
4 Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto por que se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

rurais jovens (faixa etária compreendida entre 25 a 35 anos) representam 9,5% (em Virmond também são 9,5%) do total dos produtores brasileiros, enquanto no Censo Agropecuário de 2006 a representatividade era de 13,5% (em Virmond era 16%). Outro aspecto trazido por esse Censo diz respeito ao crescimento do número de produtores rurais no país em idade mais avançada (com 65 anos ou mais) representando 21,4% dos produtores (em Virmond são 15%), enquanto no Censo Agropecuário de 2006 representavam 17,52% (em Virmond eram 11%) (IBGE, 2017; IBGE, 2006; IBGE, 1991; IBGE, 2010; SPANEVELLO *et al.*, 2021).

Segundo Brumer (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), em vista do maior registro da migração juvenil, as pesquisas procuraram especialmente apontar as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer na atividade agrícola, com destaque para as oportunidades de trabalho e educação, sucessão e transferência de patrimônio dados pelos pais de forma distinta aos filhos e às filhas.

Não há dúvida de que a sucessão familiar é de suma importância para a continuidade da agricultura familiar. Se a permanência no campo não é uma opção viável para a vida dos jovens rurais, o destino será o envelhecimento da mão de obra, o esvaziamento do campo e uma menor participação socioeconômica da agricultura familiar. Tampouco pode ser atrelada a um estágio da vida que perpassa pela escolha profissional e matrimonial, composta por fracassos e sucessos individuais, com base em uma percepção de responsabilização sobre os processos vividos por eles (STROPASOLAS, 2006 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN *et al.,* 2021). A demarcação dessa etapa da vida é sempre imprecisa, sendo muitas vezes referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (CARNEIRO; CASTRO, 2007 *apud* COSTA; CORBARI; ZONIN *et al.,* 2021).

Para Gasson e Errington (1993 *apud* SPANEVELLO, 2008), além da socialização dos filhos no trabalho, outras características ou especificidades são fundamentais na sucessão da agricultura familiar: a identificação ou a escolha do sucessor, o predomínio do pai no comando deste processo, a transferência do patrimônio dentro da família (dos pais para os filhos), o momento da transferência, a forma de distribuição do patrimônio (repartir entre todos ou manter assegurado para apenas um).

São os jovens rurais, filhos de agricultores, independentemente de suas idades, que ainda estão ocupando a propriedade rural e que apresentam um forte enraizamento com a unidade produtiva familiar que tomarão a decisão de permanecer no campo, levando a agricultura familiar como um modo de vida. Ou, migrarão para as áreas urbanas, em busca de empregos nas cidades (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

Para Fischer e Burton (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), a mecanização do trabalho agrícola é outro fator interno de saída dos filhos, pois a mecanização diminui a necessidade da mão de obra e o contato dos filhos com o trabalho, fazendo-os perder o interesse na atividade. Já para Cassidy e McGrath (2014 *apud* SPANEVELLO *et al.*, 2021), a preferência pelos filhos homens na sucessão como parte de um processo cultural leva as

filhas a deixarem o campo. Quanto aos fatores externos, segundo Creighton *et al.* (2016 *apud* SPANEVELLO *et al*., 2021), está o valor elevado da terra, que impossibilita os pais de comprarem novas áreas para os filhos, sendo a sucessão atrelada à manutenção do tamanho da propriedade repassada pelos pais. Foguesatto *et al.* (2016 *apud* SPANEVELLO *et al*., 2021) citam ainda a falta de políticas públicas específicas para os jovens e a falta de escolas e universidades no meio rural, pois os jovens que desejam estudar se deslocam até o meio urbano, tornando difícil o retorno. Mattei *et al.* (2015 *apud* SPANEVELLO *et al*., 2021) consideram ainda o lazer no meio urbano, que atrai os jovens para as cidades.

Na perspectiva de Brumer (2014, p. 215 *apud* SPANEVELLO, *et al.,* 2021), esse cenário está relacionado com a:

> [...] ampliação proporcional da migração juvenil (população com idade entre 15 a 24 anos), principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo. Como resultados dessa migração seletiva por idade e sexo, muitos estabelecimentos agrícolas familiares apresentam a tendência a não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários [...].

Ainda segundo Spanevello *et al.* (2021) no que se refere ao envelhecimento e aos processos sucessórios, estudos apontam que os pais pretendem se mudar para o meio urbano e residir com os filhos, ou esperam o retorno dos filhos às propriedades para ampará-los na velhice. No entanto, quando os pais visualizam a perspectiva de que, de fato, os filhos não retornarão, inicia-se o processo de quais estratégias adotarão, sobretudo em relação à propriedade. Nesse contexto, tanto na agricultura como na pecuária registram-se propriedades sem expectativa de sucessor, o que tem levado à transferência dos casais idosos para o meio urbano e, por consequência, à comercialização ou ao arrendamento da terra.

A segunda situação, que diz respeito às alternativas ligadas ao trabalho rural, é decorrente da diversificação das atividades rurais. Recentemente, muitas famílias têm adotado a estratégia da diversificação, inclusive com base em atividades não agrícolas, como o turismo rural, as agroindústrias familiares, a terceirização de máquinas e equipamentos, as quais têm se destacado e contribuído para a reprodução social das famílias rurais (SPANEVELLO *et al*., 2021).

A mesma autora considera algumas políticas públicas focadas nos jovens rurais, podendo-se citar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Saberes da Terra, voltada à oferta de crédito para os jovens, formação, capacitação e assistência técnica.

Entre as principais finalidades desse conjunto de políticas e programas, estão a renda (tanto a renda individual para os jovens, com base na implementação de novas atividades na propriedade paterna, ou em área de terra própria, como aumento da renda

familiar), a possibilidade de instalação como um agricultor independente da propriedade paterna, de produzir segundo os critérios de produção sustentável, de receber assistência técnica e extensão rural e de elevar a formação educacional por meio de um processo educativo ajustado à realidade da agricultura e do rural (SPANEVELLO *et al*., 2021).

A continuidade da unidade produtiva familiar por meio da sucessão familiar não depende apenas da vontade e decisão do sucessor. Ela perpassa pelo planejamento familiar e preparo do jovem rural. Agrega-se a isso a orientação profissional e políticas públicas de incentivo à permanência, além das questões que estruturam a sociedade rural brasileira, como infraestrutura, políticas públicas, questões agrárias e ações governamentais que visam melhorar a vida no campo (COSTA; CORBARI; ZONIN, 2021).

No processo de sucessão hereditária, a escolha das mulheres como sucessora(s) é mais rara, e geralmente ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas. Essa diferenciação remete a uma discussão de gênero que tem origem na divisão do trabalho entre homens e mulheres (SPANEVELLO, 2008).

O trabalho das mulheres, especialmente na agricultura, não é, em geral, reconhecido como produtivo ou com valor econômico, considerado como “ajuda”. A divisão de trabalho define a agricultura como uma ocupação masculina, fazendo com que as mulheres sejam vistas principalmente, como donas de casa, não importando qual seja sua contribuição à agricultura familiar (DEERE; LEON, 2002 *apud* SPANEVELLO, 2008).

Desse modo, a transferência ou o momento em que o sucessor vai assumir está condicionado à retirada do pai do comando do estabelecimento. O momento da realização da transferência pode ser em vida ou após a morte dos pais e depende de fatores como o casamento do sucessor, estado de saúde do pai e da aposentadoria do mesmo (GASSON; ERRINGTON, 1993 *apud* SPANEVELLO, 2008).

Os agricultores geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro do estabelecimento, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades. Em seu estudo, Abramovay *et al*. (1998 *apud* SPANEVELLO, 2008) constatou que os pais conduzem o estabelecimento familiar sem a participação ativa e efetiva dos sucessores, apesar do aumento da expectativa de vida dos pais e do maior contato (em número de anos) entre eles.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afiançam o cuidado de uma parte da lavoura, “um canto”, “um eito”. Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência (KUMMER; COLOGNSE, 2013).

Para Gasson e Errington (1993), uma das condições fundamentais para tornar os filhos sucessores ou candidatos à sucessão é garantir a eles a administração ou gestão de algumas atividades no dia a dia (*apud* SPANEVELLO, 2008). Apesar da separação em torno da moradia, a conjugação de forças entre pais e filhos permanece. Os pais auxiliam

os filhos nas atividades agrícolas, da mesma forma os filhos sucessores ajudam os pais.-

A falta de perspectivas quanto ao futuro no campo, acabam por dificultar a permanência dos jovens e de suas famílias no meio rural. Ao mesmo tempo entre as famílias mais pobres, a migração para as cidades, aparece como um horizonte mais promissor que a permanência no campo.

A influência familiar é um fator decisivo na direção profissional de jovens agricultores. Os níveis de renda de cada família também definem a direção profissional destes jovens perante a sua formação profissional desejada (STROPASOLAS, 2006 *et al., apud* FURLAN *et al.*, 2013).

As representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida e aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações (CHAMPAGNE, 1986 *apud* BRUMER, 2007).

As relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade dos jovens rurais. As tradições familiares, como indica Wanderley, "inspiram as práticas e as estratégias do presente e o encaminhamento do futuro." (2007, p. 23 *apud* KUMMER; COLOGNSE, 2013). Com base no passado são lançadas as estratégias de desenvolvimento do grupo familiar.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram aplicadas vinte e duas entrevistas, com agricultores com mais de 50 anos, com e sem sucessores, considerando o zoneamento a partir do relevo (forte ondulado, ondulado, leve ondulado e plano) e do sistema de produção (por exemplo soja, trigo e milho ou fumo, feijão, milho ou soja e pecuária leiteira). O município foi dividido em 5 (cinco) zonas agroecológicas (Figura 1) (englobando nove comunidades), onde foram aplicadas as entrevistas. Ao norte do município de Virmond encontram-se as comunidades de Campo das Crianças, Linha Zapaoski e Restinga, onde foram aplicadas sete entrevistas. Nelas tem-se um relevo forte ondulado, com produção de soja (nas porções menos declivosas), milho e fumo, prioritariamente. Ao sul, encontra-se a comunidade de Lagoa Bonita e Santo Antônio, onde foram aplicadas seis entrevistas, essa região contém um relevo plano (produção de soja, trigo e milho) e forte ondulado nas áreas que estão em direção ao rio, com criação de gado de corte. A sudeste do município encontra-se a comunidade de Cavernoso, onde foram aplicadas duas entrevistas, essa região contém um relevo forte ondulado, com produção de fumo, soja e milho, prioritariamente. A oeste, encontram-se a comunidades de Tapera e Colônia Coronel Queiroz, onde foram aplicadas cinco entrevistas, essas comunidades possuem um relevo leve ondulado, com produção de soja, milho e

pecuária leiteira, principalmente. Na porção leste do município, encontra-se a comunidade de São Francisco, onde foram aplicadas duas entrevistas, essa região possui um relevo leve ondulado, com produção de soja, milho, trigo, fumo e feijão (Figura 2).

Assim, na região norte (zona agroecológica 1), nas comunidades de Campo das Crianças, Linha Zapaoski e Restinga, as características gerais dos produtores são: idade entre 50 e 78 anos de idade, todos entrevistados possuem somente o ensino fundamental completo ou incompleto. A área média dos estabelecimentos é de 31,26 hectares. O acesso à terra, predominantemente, foi a herança e a compra. A média de tempo que são produtores no imóvel é de 32 anos. Foi possível observar que nestas comunidades há um grande número de filhos que residem na propriedade, tanto os mais novos, quanto os que já estão formando a sua propriedade nas terras do pai. Também foi possível observar que há os filhos que estão estudando, mas que no futuro tem interesse em assumir o estabelecimento e os que estão trabalhando na cidade, ou moram em outros estados. Em relação a transmissão do patrimônio, os que terão sucessores, afirmam que farão a transmissão em vida. E os que não terão sucessores, afirmam que gostariam que algum dos filhos continuasse na propriedade.

O produtor “A” (zona agroecológica 1), de cinquenta e quatro anos, da comunidade de Campo das Crianças, possui um estabelecimento de 24,2 hectares, produtor há dezesseis anos no imóvel, seus principais cultivos agrícolas são: leite, soja e milho. Possui dois filhos mais novos morando na propriedade, e o mais velho, mora na cidade de Laranjeiras do Sul, onde trabalha. Quando perguntado sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura o produtor disse que: o jovem que permanecer no meio rural, não tem oportunidade e incentivo, e é o que faz os jovens saírem. O agricultor é muito “sofrido”, são poucos agricultores que conseguem comprar os implementos, por custarem muito caro. Sendo assim, só os agricultores mais capitalizados conseguem se manter.

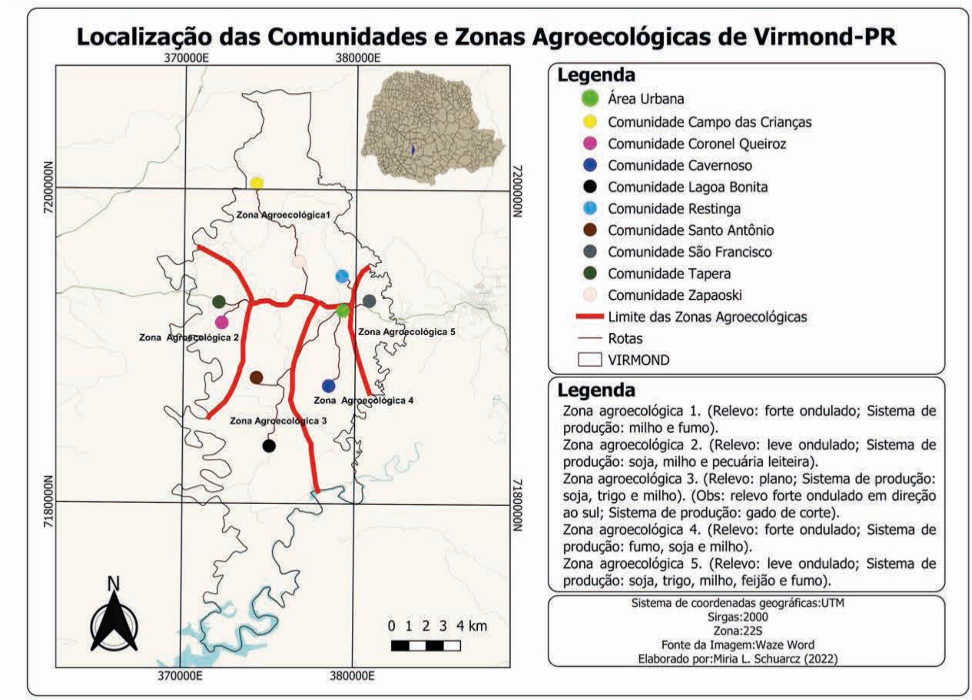


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E ZONAS AGROECOLÓGICAS DE VIRMOND-PR.

ORG.: Schuarcz (2022).

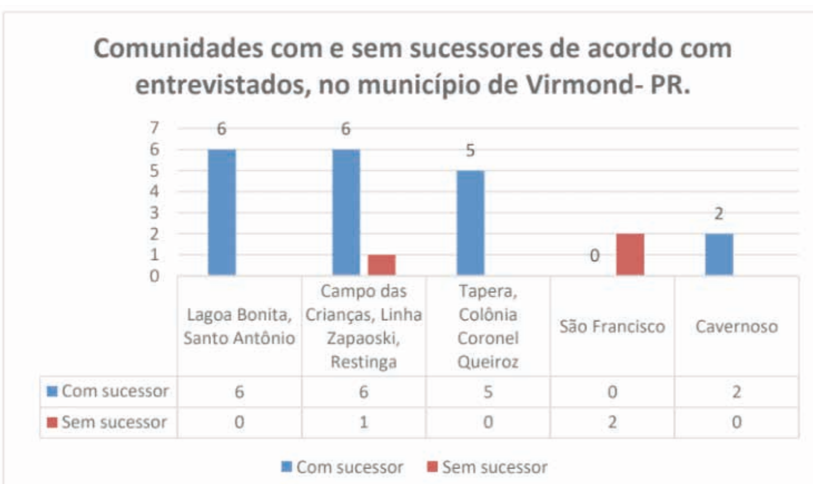


FIGURA 2 - COMUNIDADES COM E SEM SUCESSORES DE ACORDO COM OS ENTREVISTADOS, NO MUNICÍPIO DE VIRMOND-PR.

ORG.: Schuarcz (2022).

Acrescenta que o que poderia ser feito para a permanência dos jovens e das moças é:

> Teria que mudar várias coisas, ter mais oportunidades, incentivo do Estado. Um exemplo, no município de Virmond, são os bilhetes escolares para as crianças participarem, na cidade, de diversas atividades, como aprender a tocar violão, praticar atividades esportivas, como futsal. Para os filhos do interior, ao realizarem a matrícula, não é oferecido transporte, fazendo que os pais tomem a iniciativa de leva-los. Sendo assim, isto é um incentivo para as crianças da cidade, pois as crianças do interior não têm condições de ir, pois os pais muitas vezes não têm condições de leva-los, ou não tem carro, sendo assim, as crianças acabam sendo excluídas. Isso faz com que a criança do interior comece a ter problemas, ficando até depressiva, pois o seu colega tem a possibilidade de ir, e ele não. No futuro, poderá ser um fator para que queira se mudar para a cidade, por falta de oportunidades.

Por ser um produtor com filhos mais novos, diz que deixou à escolha dos filhos, permanecer ou não na propriedade, pois o filho sabe como é a situação no campo. Assim ele vai em busca de uma vida melhor, e o que pretende garantir, é o estudo, para que eles se encaminhem em uma profissão.

Quando perguntado, que destino pretende dar ao seu estabelecimento? Se pudesse daria um destino diferente? O produtor disse que pensa em permanecer e deixar para os filhos decidirem o que fazer no futuro, e nada está definido ainda, em relação a divisão do patrimônio, mas que será igual para todos os filhos.

O produtor "B", que possui cinquenta anos, e mora na localidade da Linha Restinga, contém o ensino médio incompleto, produtor há vinte anos no mesmo imóvel, produtor de trigo, soja, fumo e feijão. Adquiriu o imóvel parte por herança e parte por compra. Três filhos moram na propriedade e um deles mora em outra cidade, onde estuda. Quando questionado qual era a opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura, ele afirmou:

> Por falta de opção na propriedade, falta de crédito, talvez uma oportunidade para arrumar um emprego é fora dela. A vida na agricultura é mais sofrida para os jovens, ainda mais se tiver que estudar e trabalhar, ficando difícil agregar. A maioria dos jovens opta por sair da propriedade, sendo um erro, pois a cidade traz oportunidades diferentes, fazendo os jovens pensar que é melhor, mas ao longo prazo, fica-se estabilizado, o que se ganha, gasta. Na agricultura é diferente, pois pode ter uma atividade, que gere dinheiro, se não der certo, pode mudar para outra atividade (tipo de cultivo).

No que se refere ao que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens e das moças, o produtor respondeu:

> Teria que se ter mais incentivo por parte dos políticos, dos governantes. E, mais incentivo para a agricultura familiar. Hoje o jovem não consegue se manter sozinho, pois é necessário o uso do bloco do pai, para pegar crédito. O valor até tem, mas é muito baixo, com isso não é possível fazer um investimento para se manter sozinho. As políticas públicas teriam que ser mais incentivadoras.

Sobre a questão do envelhecimento no meio rural, o produtor destacou:

> Hoje tem-se mais idosos no interior, poucos jovens ficam no interior. Nos últimos 10 anos, em Virmond, ocorreu um êxodo rural muito grande, a maioria dos agricultores vendeu a propriedade e foi para a cidade. Hoje, a terra está ficando nas mãos de poucas pessoas. Sempre tem agricultor vendendo a propriedade para se mudar para a cidade.

A percepção sobre o modo de vida no meio rural do produtor "B" é que: sempre gostou do modo de vida, de morar no sítio, de trabalhar com a lavoura. Nunca morou na cidade, não sabe como é o modo de vida. Também, priorizou os estudos dos filhos.

A agricultora denominada de "C", de cinquenta anos, moradora da comunidade Restinga, possui 40 hectares, e é produtora de soja, fumo e feijão. Possui três filhos, um é agrônomo e reside no Mato Grosso do Sul, outro estuda agronomia e trabalha em uma agropecuária em Virmond, e o menor mora na propriedade. Quando perguntada como percebia a questão do envelhecimento no meio rural, afirmou:

> Os que nascem no interior, já criam uma raiz, dificilmente quer se mudar, acostuma-se, habitua-se, não quer mais se desfazer, e também por que gosta. Não existe melhor lugar para envelhecer do que na agricultura familiar.

Quando questionada sobre o que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens e das moças, afirmou:

> Existem incentivos, mas existe a questão do medo, de entrar em contas, em dívidas, é muita burocracia na questão da papelada para fazer. Também existe a questão de a terra não estar no nome dos filhos, para mudar a documentação, gasta-se muito. Acredito que existem incentivos, mas ainda são insuficientes para os jovens, na agricultura familiar. Deveria existir maneiras mais fáceis para os jovens conseguirem pagar um pedaço de terra para si. Por que hoje, com cinco alqueires de planta, consegue-se sobreviver na agricultura familiar. Mas para adquirir essa quantidade é difícil. E também depende do número de filhos.

Em relação a transmissão do patrimônio, afirma que nada está definido ainda, no que se aposentar fará a transmissão. Segundo a agricultora, a divisão será igualitária entre todos os filhos.

De maneira geral, todos os entrevistados percebem que a falta de incentivo por parte do Estado é o agravante para que os jovens deixem as propriedades dos pais, indo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

A oeste, encontram-se a comunidades de Tapera e Colônia Coronel Queiroz (zona agroecológica 2), a média de idade entre os produtores é de 56,2 anos. Os mesmos possuem apenas o ensino fundamental completo e incompleto. A média de hectares por produtor nesta comunidade é de 32,3 hectares. Já a média de tempo que o produtor é dono do imóvel é de 19,8 anos. Nestas comunidades as terras foram adquiridas, predominantemente, através de herança e compra. Foi possível perceber que nestas comunidades utiliza-se mecanização total, e de todos entrevistados, todos terão sucessores.

Na região sul (zona agroecológica 3), encontram-se as comunidades de Lagoa

Bonita e Santo Antônio. A média de idade entre os produtores entrevistados é de 55 anos e possuem apenas ensino fundamental completo ou incompleto. A área média dos estabelecimentos é de 21 hectares. Quanto a forma de aquisição das terras, pelos produtores, predomina a compra e a herança. A média de tempo que são produtores no imóvel é de 18,6 anos. É possível observar a partir das entrevistas realizadas, nestas comunidades (sul), que as características são semelhantes com as comunidades da região norte, no que diz respeito a residência dos filhos e com o que trabalham, pois há filhos que moram na propriedade com os pais, já se encaminhando para a sucessão e filhos que moram nas cidades, onde trabalham, como no caso da filha de um dos agricultores que é técnica em radiologia e mora em Maringá. Como na região citada anteriormente (norte), nesta região os agricultores também afirmam que há falta de incentivos e investimentos por parte dos governantes, para que os jovens possam realizar a sucessão.

Na região sudeste do município (zona agroecológica 4) encontra-se a comunidade de Cavernoso. A média das áreas dos estabelecimentos é de 53,5 hectares. As propriedades foram adquiridas pela compra e herança. Por serem, os entrevistados, agricultores mais idosos, a média de tempo em que são produtores no imóvel é de 60 anos. Nesta comunidade, foi possível observar que dos produtores entrevistados, todos tem ou irão ter sucessores, como no caso de um dos entrevistados, que possui cinco filhos, e apenas uma das filhas mora em outro estado, o restante mora na propriedade, e já constituiu sua própria família. Os acertos em relação a transmissão já foram feitos, em vida, portanto.

Quando perguntado ao agricultor, identificado como “D”, da comunidade Cavernoso, que possui setenta e cinco anos, qual era sua opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura, respondeu:

> As pessoas pensam que na cidade irão se sair bem, porém não é tão fácil. Na agricultura, hoje em dia, se vender as terras, não se compra novamente, porque subiram muito os preços. O agricultor sustenta tudo, porém ele sofre por que não recebe o justo, recebe grandes prejuízos.

O mesmo é produtor de soja, milho e feijão, utilizando mecanização total em seus 51 hectares, sendo produtor há sessenta e dois anos no mesmo imóvel, que obteve por herança. Também afirmou que recebe serviços de assistência técnica prestados pela cooperativa. O seu único filho, de vinte e um anos, herdará todo patrimônio do pai, que ainda pretende fazer os acertos em vida. Segundo o entrevistado, mesmo com a aposentadoria, muitos agricultores continuam na atividade agropecuária, devido às necessidades.

Segundo o agricultor “E”, de setenta e oito anos de idade, da mesma comunidade, produtor a sessenta anos na mesma propriedade, pai de cinco filhos, sendo que, quatro deles residem na propriedade e apenas uma das filhas reside em Santa Catarina, quando perguntado: o que leva os jovens a sair do meio rural? Que consequências isto traz? Ele afirma que: “o êxodo rural fragiliza a agricultura, fazendo com que menos famílias trabalhem na agricultura, gerando menos produtos para a população consumir.”

Os principais cultivos agrícolas do estabelecimento são, trigo, soja, milho, feijão e diversos tipos de hortaliças (inclusive entrega para o PNAE). Usa mecanização total, e paga pela prestação de serviços da associação de agricultores, que são: hora-máquina de trator, para plantação e colheita. Quando perguntado se tivesse que começar de novo ou pudesse escolher entre a agricultura ou outra ocupação (seria novamente agricultor?) A resposta foi afirmativa. O mesmo diz que incentivou os seus filhos a permanecerem na ocupação, dizendo que "um dos filhos tinha duas áreas de terra, ele permaneceu e assim o proprietário se mudou, assim o filho ficou morando em uma área já formada." Em relação a transferência de patrimônio, já houve acertos, o agricultor afirma que o critério que embasará a divisão, da propriedade, é: "um irá receber mais e outro irá receber menos, depende do que está junto com o pai, cuidando, irá receber mais."

Na porção leste do município (zona agroecológica 5), encontra-se a comunidade de São Francisco, a média de idade dos produtores é de 55 anos. Os mesmos possuem apenas o ensino fundamental, completo e incompleto. A média das propriedades é de 8,34 hectares. A média em que são proprietários de seus imóveis é de 22 anos. As propriedades foram adquiridas tanto por herança tanto por compra. Nesta comunidade, em particular, foi possível observar que nenhum dos produtores terá sucessores, e é visível a preocupação dos pais para que os filhos estudem.

O entrevistado denominado de "F", de cinquenta e quatro anos, morador da comunidade Linha São Francisco, proprietário de 9 hectares, onde produz milho e feijão, afirma que:

> Não há apoio dos governos, e está muito caro para se produzir, e é necessário bastante terra para permanecer no campo. A única solução é os pais mandarem seus filhos estudarem, para poderem se 'manter' sozinhos. Para os pequenos agricultores não está compensando, não dá para sobreviver. Antigamente os filhos ficavam com os pais até casar, mas como hoje em dia a estudos, ninguém permanece. A maior herança que os pais podem deixar para os filhos é o estudo, pois ninguém tira deles.

Quando perguntado sobre qual era sua percepção sobre o modo de vida no meio rural, o produtor responde da seguinte forma:

> Na agricultura é sofrido, mas é bom de se viver. Você é o patrão, não é mandado, começa na hora que quer e para quando quer. Por enquanto há bastante pequenos produtores, mas cada vez está diminuído, pois estão vendendo as terras aos grandes proprietários.

Ainda acrescenta que estimulou as filhas a estudar, para ter a possiblidade de um futuro melhor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do estudo foi analisar a sucessão hereditária no município de

Virmond-PR. Tendo em vista os aspectos apresentados, foi possível observar que grande parte dos agricultores tem estimulado os(as) filhos(as) a estudarem, a fim de se buscar uma vida melhor, onde se obtenha mais renda, pois a maioria dos agricultores estão desacreditados, devido, segundo eles, a falta de incentivo do Estado à agricultura familiar, pois com o aumento dos preços dos insumos, está caro para se produzir.

É necessário que haja incentivos para facilitar o acesso ao crédito para a aquisição de terra, ao financiamento para moradia, entre outros. Na opinião dos agricultores, os jovens tem dificuldades iniciais para se instalarem sozinhos na propriedade. Precisam do apoio dos pais. Porém, muitas vezes, o produtor tem um número significativo de filhos, em média, entre dois a cinco, fazendo com que a pequena propriedade não dê o suporte necessário para que o filho se estabeleça, ocasionando que muitas vezes o jovem saia em busca de oportunidades na cidade, para trabalhar de empregado. Acredita-se que haja mais homens assumindo estabelecimentos, as mulheres preferem, e/ou são estimuladas, a estudar.

Foi também possível observar, entre a maioria dos agricultores entrevistados que, quando houver a transmissão do patrimônio (a propriedade rural e tudo que ela contém), dividirão a propriedade de forma igualitária (todos(as) recebem a mesma quantidade). Apenas dois dos agricultores entrevistados realizarão a divisão distinta (diferenciada), onde o filho que ficou com a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice, ficará com a maior parte do patrimônio. Também foi possível perceber que as moças, ao se casarem, mudam-se para a propriedade do marido. Em alguns casos, o pai da moça ajuda na comprar de uma porção de terra para juntar com a parte de seu cônjuge. Os agricultores que não possuem sucessores, que são três, das comunidades São Francisco e Campo das Crianças, ambos possuem somente o ensino fundamental incompleto, e é possível perceber a grande preocupação para que os filhos estudem. Ambos possuem uma propriedade pequena, em média de 17 hectares. Declaram que gostariam que algum dos seus filhos tivesse permanecido no estabelecimento.

Outra questão importante a ser analisada foi o envelhecimento no meio rural, que aparece bem distinta entre os agricultores, pois alguns deles declaram que no meio rural é o melhor lugar para se envelhecer, pois é mais “sossegado e tranquilo”. Segundo estes agricultores, com todos os recursos existentes, não se tem mais trabalho braçal, o agricultor vive mais e melhor, como se percebe nas comunidades de Lagoa Bonita e Santo Antônio, devido o relevo ser predominantemente plano. Depende das características do relevo, pois se ele for plano, facilitará o trabalho dos pais. Mas se for um relevo acidentado, será mais difícil trabalhar.

Porém, outra parte dos agricultores, das localidades de Linha Zapaoski e São Francisco, sobretudo, acredita que é muito sofrido o modo de vida, e que ao se aposentar, o agricultor precisa continuar trabalhando, e que os agricultores estão envelhecendo cada vez mais rápido devido ao uso de agrotóxicos. Um dos agricultores, da comunidade São

Francisco, de cinquenta e cinco anos, e sem sucessor, acredita que "com o passar do tempo os filhos tomarão um rumo diferente na vida, e os pais terão que ficar sozinhos, e que a opção será vender a propriedade e se mudar para a cidade."

Em suma, foi possível observar que, em relação ao modo de vida no meio rural, a maioria dos agricultores afirma que é sofrido, mas é bom de se viver, que gostam de morar, é "calmo e sossegado". "A agricultura é uma indústria a céu aberto, com todas as tecnologias existentes, o fator climático é ainda a incógnita" (agricultor/morador da comunidade linha Zapaoski, região norte). Em geral, os produtores afirmaram que a agricultura mudou bastante, antigamente era mais difícil de se trabalhar, hoje em dia está bem mais facilitado.

Segundo o Secretário da Agricultura do município de Virmond, "é difícil indicar qual comunidade que não terá sucessor e qual está garantida a sucessão, por que em todas as comunidades está acontecendo o êxodo, por que os jovens estão indo para as cidades para estudar, e buscar um trabalho novo. Praticamente todas as comunidades são iguais", devido ao município ser pequeno, as comunidades serem muito próximas e com características semelhantes. Ainda segundo o mesmo, "é necessário ter diversificação de atividades e suporte do Estado." Mesmo com todas as limitações, os jovens estão sucedendo seus pais, assim fazendo com que a agricultura familiar continue.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 44., Fortaleza. **Anais**... 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 13 de mar. 2022.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CASTELLANET, Christian. **A pesquisa-desenvolvimento agrícola.** UFPA, 1995.

COSTA, Patrícia Inês; CORBARI, Fábio; ZONIN, Valdecir José. Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. *In:* ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021.

FURLAN, Élida Ceconi *et al.* Perspectivas dos/as filhos/as de agricultores em relação ao seu futuro profissional: estudo de caso de comunidades rurais de Nova Veneza – SC. *In:* SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 4, 2014, UNESC, **Anais...** UNESC, 2014.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IFDHM). 2016. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/. Acesso em: 13 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 16 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 16 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. 2000 e 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em: 16 mar. 2022.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Sílvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, 2013.

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos avançados,** v. 29, n. 85, 2015.

MAZOYER, Marcel. **Origens e mecanismos de reprodução das desigualdades regionais do desenvolvimento agrícola da Europa.** 1981.

SILVESTRO, Milton *et al*. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 419 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; ANDREATTA, Tanice; BOSCARDIN, Mariele. Desenvolvimento no Brasil: a perspectiva da juventude rural. Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. *In:* ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021.

CAPÍTULO 3

CONSTITUCIONALISMO E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA – CONTRIBUTO DA POLÍTICA JURÍDICA

Data de aceite: 01/03/2023

Adelcio Machado dos Santos
Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Rubens Luís Freiberger
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. UNIARP
Caçador /SC/Brasil

Dreon Mendes
Mestrando do Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Sociedade e Desenvolvimento da UNIARP. UNARP
Caçador/SC/Brasil

Leandro Chiarello de Souza
Mestrando do Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Sociedade e Desenvolvimento da UNIARP. UNARP
Caçador/SC/Brasil

RESUMO: O Direito, olhando em um contexto geral, presenteia-nos com muitas escolhas em termos de definição sistemática e minuciosa. De um lado, consiste em grande número de símbolos e ideais reciprocamente conflitivos, o que o homem comum percebe quando se vê envolvido em um processo judicial. De outra parte, não deixa de ser um dos mais importantes fatores de estabilidade social, porquanto admite um cenário comum em que as inúmeras aspirações podem encontrar uma aprovação e uma ordem. (FERRAZ JÚNIOR, 1994). Já no contexto político, o Direito deve ser provido de um conjunto de regras de conduta geradas por uma valorização diante dos fatos ocorridos em contexto histórico-social. Isto porque, em um conjunto histórico político, seja, econômico, educacional, jurídico, ou outro qualquer, é sempre um conjunto de vias objetivando almejar determinados fins. Tratando-se de política do direito, esses fins socialmente desejados e por isso úteis e justas para responderem adequadamente às demandas sociais (GUSMÃO, 1997).

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo; legitimidade; democracia.

CONSTITUTIONALISM AND DEMOCRATIC LEGITIMACY – CONTRIBUTION OF LEGAL POLICY

ABSTRACT: Law, looking in a general context, presents us with many choices in

terms of systematic and detailed definition. On the one hand, it consists of a large number of reciprocally conflicting symbols and ideals, which the common man perceives when he finds himself involved in a judicial process. On the other hand, it is still one of the most important factors of social stability, as it admits a common scenario in which the countless aspirations can find approval and order. (FERRAZ JUNIOR, 1994). In the political context, the Law must be provided with a set of rules of conduct generated by an appreciation of the facts that occurred in a historical-social context. This is because, in a political historical set, whether economic, educational, legal, or any other, it is always a set of paths aiming at certain ends. In the case of a policy of law, these ends are socially desired and therefore useful and fair to adequately respond to social demands (GUSMÃO, 1997).
KEYWORDS: Constitutionalism; legitimacy; democracy.

1 I INTRODUÇÃO

Nas palavras de Kelsen (1979), o Direito é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural, concebido como técnica de solução de conflitos e instrumento de pacificação social. E o autor vai além, evidencia que a família jurídica romano-germânica surge e desenvolve-se em torno das relações privadas, com o direito civil no centro do sistema. Seus institutos, conceitos e ideias fizeram a história de povos diversos e atravessaram os tempos.

Deste modo, o seu âmbito e seu papel transcendem ao tratamento empírico do fenômeno jurídico e do nexo que este apresente com a conduta observada. Tal apuração não exige colocar a política jurídica numa visão jusnaturalista em que o metafísico se ponha em relação dialética com o racional.

Kelsen (1979), relata que, após surgir os mitos, a lei passou a ser vista como expressão superior da razão. Deste modo, a ciência do Direito, ou ainda, teoria geral do Direito, dogmática jurídica é interpretada como sendo o domínio asséptico da segurança e da justiça. Neste sentido, o Estado é a fonte única do poder e do Direito. Segundo o autor, o sistema jurídico é completo e autossuficiente, sendo que, o surgimento de casos fortuitos são resolvidos internamente, através dos costumes, pela analogia, pelos princípios gerais.

Em tese, pode-se definir a Ciência do Direito como conhecimentos, metodicamente coordenados, que resulta do estudo ordenado das normas jurídicas com efeito a de apreender o significado objetivo das mesmas e de construir o sistema jurídico, como também de descobrir as suas raízes histórias e sociais.

A palavra direito emana do latim *directum*, que condiz à ideia de regra, direção, sem desvio. De modo muito abrangente, pode-se dizer que a palavra direito tem três sentidos, ou seja, a da regra de conduta obrigatória; do sistema de conhecimentos jurídicos e da faculdade ou poderes que tem ou pode ter uma pessoa (GUSMÃO, 1997).

De outra banda, pode ser interpretado como a norma aplicável coercitivamente; e, de outro, hospeda os mais variados conteúdo. Mostra-se, com isso, o problema fundamental, que deu origem às várias correntes do pensamento jurídico, todas pretendendo ter

encontrado o fundamento do Direito.

Segundo Mendonça (2002) o caráter objetivo do Direito pode ser conhecido a partir da referência a um ou a vários sujeitos ou a um sistema jurídico vigente. Segundo o autor, o Direito mostra-se como o conjunto de regras criadas pelas normas positivadas, costumes, princípios gerais, doutrina e jurisprudência, as quais permitem a convivência humana, com a possibilidade de sanção em caso de descumprimento.

E mais, Marx e Engels (1991) realçam que a designação genérica de teoria crítica do direito, acomoda-se em um conjunto de movimentos e de ideias que interpelam o saber jurídico tradicional na maior parte de seus axiomas: cientificidade, objetividade, neutralidade, estatalidade, completude. Deste modo, funda-se na constatação de que o Direito não lida com fenômenos que se organizam independentemente da atuação do sujeito, seja o legislador, o juiz ou jurista. Este engajamento entre sujeito e objeto compromete a pretensão científica do Direito e, como consequência, seu ideal de objetividade, de um conhecimento que não seja contaminado por opiniões, preferências, interesses e preconceitos.

2 I DESENVOLVIMENTO

Nos últimos tempos, o Supremo Tribunal Federal tem praticado um papel importante na vida institucional brasileira, tendo em vista a centralidade da Corte e, de certa forma, do Judiciário como um todo em que pese as decisões concedidas sobre questões nacionais de grande impacto, gerando conflitos e indignações por parte de alguns cidadãos. Também em outros países, em épocas diversas, cortes constitucionais ou supremas cortes evidenciaram protagonizaram decisões envolvendo questões de largo alcance político, implementação de políticas públicas ou escolhas morais em temas controvertidos na sociedade.

Vale lembrar que a maioria dos Estados democráticos do mundo estabelecem um modelo de separação de Poderes, sendo que as funções estatais de legislar (criar o direito positivo), administrar (concretizar o Direito e prestar serviços públicos) e julgar (aplicar o Direito nas hipóteses de conflito) são atribuídas a órgãos distintos, especializados e independentes. A despeito, Legislativo, Executivo e Judiciário exercem um controle mútuo sobre as atividades de cada um, de modo a obstar o surgimento de instâncias hegemônicas, capazes de oferecer riscos para a democracia e para os direitos fundamentais. Note-se que os três Poderes interpretam a Constituição, e sua atuação deve respeitar os valores e promover os fins nela previstos (MELLO 2000).

Nos acordos institucionais em vigência, citando os casos em que ocorram inconsonância nas interpretações das normas constitucionais ou legais, a palavra final é do Judiciário. Essa precedência não significa, porém, que toda e qualquer matéria deva ser decidida em um tribunal. A doutrina constitucional contemporânea tem explorado duas ideias que merecem registro: a de capacidades institucionais e a de efeitos sistêmicos (SUNSTEIN &VERMEULLE 2002).

Capacidade institucional abrange a delimitação de qual Poder está mais qualificado a prolatar decisões em determinadas matérias, sendo que algumas já encontram-se definitivas em nossa constituição. Citamos como exemplo os temas que emolduram aspectos técnicos ou científicos de grande complexidade podem não ter no juiz de direito o árbitro mais habilitado, seja por falta de informações ou conhecimento técnico. Neste sentido, os membros do Poder Judiciário sempre conservarão a sua competência para o pronunciamento definitivo. Mas em situações como as descritas, normalmente deverão eles prestigiar as manifestações do Legislativo ou do Executivo, cedendo o passo para juízos discricionários dotados de razoabilidade. Já nos casos dos riscos de efeitos sistêmicos imprevisíveis e indesejados propõem-se, em certos feitos, uma posição de cautela e deferência por parte do Judiciário. O juiz, por vocação e treinamento, normalmente estará preparado para realizar a justiça do caso concreto. (BARCELLOS 2006).

Acrescendo sobre o tema, Barroso destaca:

> "Ele nem sempre dispõe das informações, do tempo e mesmo do conhecimento para avaliar o impacto de determinadas decisões, proferidas em processos individuais, sobre a realidade de um segmento econômico ou sobre a prestação de um serviço público. Tampouco é passível de responsabilização política por escolhas desastradas" (...). (BARROSO 2009).

Neste sentido, o Direito Constitucional atravessa turbulências, em especial, em países periféricos, onde a efetivação conjunta dos direitos fundamentais de três gerações consecutivas, cuja normatividade e conceituação não se encontra bem estabelecida, fazendo com que, a aplicação das normas nem sempre satisfaz às exigências da consciência social e jurídica. De tal modo que o controle de constitucionalidade há de incisivo na lei ou sobre a lei, mas a lei assentada sobre princípios, porquanto, se não for assim, não haverá justiça constitucional (Zagrebelky, *op. cit.*, p. 28).

Para Zagrebelky (1998) o conceito de jurisdição constitucional, prende-se à necessidade do estabelecimento de uma instância neutra, mediadora e imparcial na solução dos conflitos constitucionais. E em se tratando de sociedades pluralistas e complexas, regidas por um princípio democrático e jurídico de limitações do poder, essa instância há de ser, sobretudo, regulada de tais conflitos.

Quanto mais perto do povo estiver o juiz constitucional, mais elevado há de ser o grau de sua legitimidade. O grande proveito, senão a superioridade mesma da democracia elaborativa sobre quaisquer outros sistemas de organização governativa, é a de que onde mais se precisa – e é o exemplo dos países em desenvolvimento – ela não conserva, como nos regimes representativos tradicionais, o soberano, isto é, o poder constituinte originário, adormecido senão que o conserva sempre presente. Nunca distante do cidadão, mas invariavelmente ao seu lado (MELLO, 1999).

E com base neste tema, devemos entender que a legitimidade da justiça constitucional paira também em grande parte na sutileza do juiz em guiar-se nas suas sentenças e nas

suas diligências hermenêuticas, pela anuência do corpo político aos valores representados e incorporados na Constituição. Não havendo aceitação ou aprovação, exaure-se com certeza o manancial de ondem provem os elementos morais, éticos, cívicos e patrióticos do dever de fidelidade que atesta a causa pública e a ordem constitucional e traça-lhe a linha de continuidade e estabilidade que é a pauta de solidez do regime e das instituições. Como já alertamos, disse muito bem Pedro Cruz Villalón, professor da Universidade de Sevilha, que "a legitimidade dos tribunais constitucionais é, antes de tudo, pura e simplesmente, a legitimidade da própria Constituição" (MELLO, 1999).

Outro obstáculo que se esbarra à jurisdição constitucional no Brasil e lhe envolve até certo ponto a legitimidade reside no fato de que o Supremo Tribunal Federal, não sendo exclusivamente, como no modelo europeu, Corte Constitucional, embora lhe caiba precipuamente a guarda da Constituição, desempenha outras encargos constitucionais que sobrecarregam a pauta dos seus Ministros, privando-os de concentrar todas suas diligências e trabalho no exame de questões constitucionais. Além disso, o controle de constitucionalidade, que se faz por via de ação, a saber, o controle concentrado ou abstrato, é praticado por um só órgão do Poder Judiciário, ou seja, o Supremo Tribunal Federal, seu órgão de cúpula (MELLO, 1999).

Na visão de Dicey (1961), a democracia atual das sociedades complexas e de grande proporção não pode sustentar-se numa identidade entre governantes e governados, mesmo no sentido dado por Aristóteles, alternância entre governar e ser governado. A democracia de referendo e mandato imperativo poderia elucidar o eleitorado como verdadeira legislatura, mas somente ao custo de criar um processo de tomada de decisões incoerente e irracional, com a impossibilidade de que aqueles que tomam as decisões tenham a chance e a capacidade de interagir e induzir uns aos outros. Sem dúvida, em princípio, a identidade na sociedade moderna pode ser observada em última instância em termos hobbesianos: o povo é constituído e ganha existência corporativa apenas através da emergência e da existência contínua de um poder soberano legislativo. Além disso, o autor relata que a vontade dessa pessoa ou desse corpo é portanto a vontade do povo, por definição.

Neste sentido, observa-se que o exercício da democracia depende não apenas da sua garantia por meio de direitos, mas também de uma cultura política democrática que lhe dê suporte. Desta feita, existem além das barreiras materiais que atrapalham o efetivo exercício dos direitos, há ainda outras igualmente importantes, como por exemplo, o preconceito de classes que era visto nas carreiras jurídicas, por serem recrutados nas elites econômicas e políticas (MARSHALL, 1977).

Os riscos para a legitimidade democrática, por ser os membros do Poder Judiciário não eleitos, mas sim servidores públicos, atenuam-se na medida em que juízes e tribunais se atenham à aplicação da Constituição e das leis. Tais julgadores não intervem por vontade política própria, mas como representantes indiretos da vontade popular. A Constituição é,

propriamente, o documento que transforma o poder constituinte em poder constituído, isto é, Política em Direito.

Enfim, o Judiciário é o guardião da Constituição e deve fazê-la valer, em nome dos direitos fundamentais e dos valores e procedimentos democráticos, inclusive em face dos outros Poderes.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Jurídica é como uma complexidade de práticas do direito vinculadas ao projeto de autonomia social e individual. A política jurídica não é como um exercício exclusivamente racional e sim como um saber que estimula a criação de novos vínculos e valores (MELO, 1994).

Ademais disso, a Política Jurídica é como um processo produtor de uma subjetividade coletiva em permanente estado de mutação, vendo-a como um lugar da mutação da subjetividade coletiva, ou seja, a busca da alteração dos estados da subjetividade.

Destarte, se ela se realiza, enquanto ação, através de estratégias para alcançar ordenamento melhor, então é preciso investir na possibilidade de projeção estética no conviver, algo que pode significar aos homens um mínimo de autorrespeito e de reconhecimento recíproco da dignidade de cada um, no relacionamento entre si e de todos com a natureza.

Em epítome, a Política Jurídica não é descritiva, e sim configurada num discurso prescritivo que se regulariza numa justiça política, ao se comprometer com as necessidades vitais do homem, a partir de pressupostos deontológicos e axiológicos.

Demais, a política do direito não pode valer-se de meios incompatíveis com os valores e realizar. Não existe ação em que o agente prescinda de um fator de orientação para o ordenamento do processo, mas é preciso que essa orientação normativa seja buscada nas fontes filosóficas do direito e da política e não na cínica teratologia do pragmatismo que, invocando tão só a eficácia, ensina possam os fins justificar os meios.

O papel da política jurídica não pode ser apenas corretivo, mas antes de tudo prescritivo, com a necessária capacidade de predição de um futuro próximo.

A tarefa da política do direito não é de natureza descritiva, mas sim configurada num discurso prescritivo comprometido com a necessidade de configurar-se um ambiente onde se desenvolvam formas saudáveis de convivência.

Com isto, o político do direito não precisa de armaduras, uniformes ou distintivos, pois este é uma figura bem mais prosaica e objetiva, em que pese sua importância social.

No que concerne à normatização dos chamados novos direitos, desafio que a muitos juristas provoca perplexidades e indecisões, a política jurídica oferece possibilidades para composição de estratégias e direcionamentos metodológicos visando às necessárias adequações entre os avanços científicos e a proteção da dignidade do ser humano.

Por fim, os objetivos da ação político-jurídica, numa primeira fase, visarão a desconstrução de paradigmas que negam ou impedem a criatividade permanente. Tais objetivos serão buscados com uma preocupação fundamental que será em assegurar a valorização do ser humano e a dignidade de tratamento nas relações entre os humanos e destes com a Natureza.

REFERÊNCIAS

ANA PAULA DE BARCELLOS. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático», Revista de Direito do Estado, 3:17, 2006, p. 34.

BRASIL. Constituição (1988). **Texto constitucional de 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal. Edições Técnicas, 1998.

Cf. A. V. Dicey, Introduction to the Study of the Law of the Constitution, NY, St. Martin's, 1961.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito**: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. São Paulo: Atlas, 2002.

______. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio**: dicionário do século XXI. Lexikon Informática Ltda., 2002. Versão Eletrônica.

KELSEN, HANS, Teoria pura do direito, 1979; Norberto Bobbio, Teoria do ordenamento jurídico, 1990

LUÍS ROBERTO BARROSO, «Da falta de efetividade à constitucionalização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial». In: Temas de direito constitucional, tomo IV, 2009, no prelo.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MAX e ENGELS, Obras escolhidas, 2 vs., 1961; Luiz Fernando Coelho, Teoria crítica do direito, 1991.

MARSHALL, T. H. A. Cidadania, classe social e status. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Fundamentos da política jurídica**. Porto Alegre: CPGD-UFSC, 1994.

______. **Temas atuais de política do direito**. Porto Alegre: CMCJ-UNIVALI, 1998.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito educacional e educação no século XXI**. Brasília: UNESCO, 1997.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

V. CASS SUNSTEIN e ADRIAN VERMEULLE, «Intepretation and institutions», Public Law and Legal Theory Working Paper, n.º 28, 2002.

ZAGREVBELSKY, GUSTAVO. *La Giustizia Constituzionale*, Il Mulino, 1988

«A expressão é do Ministro Celso de Mello. V. STF», Diário da Justiça da União, 12 maio 2000, MS 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello.

Ministro Celso de Mello, em *Folha de S. Paulo*, 11 abr. 1999, p. 8.

REGIONALISMO E FENOMENOLOGIA: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO TRADICIONALISMO GAÚCHO

Data de aceite: 01/03/2023

Silvana de F. Ferreira
Unilasalle/Geógrafa

INTRODUÇÃO

O artigo foi elaborado a partir de um trabalho realizado para a disciplina denominada Teoria da Regionalização, em 2006, na UNILASALLE-RS. A proposta era analisar o surgimento do novo estilo musical, considerado fenômeno espacial e regional cultivado no sul do Brasil: a Tchê Music, contrariando os costumes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

O MTG objetiva manter vivas as tradições regionais, mas encontrava resistência em sedes afiliadas para seguir seus costumes, principalmente em razão do surgimento de uma nova 'moda' musical que atraía e ainda atrai muitos gaúchos e obviamente um volume no fluxo do capital, conhecida popularmente como "Tchê Music" (GONZATTO, 2006, p. 38-39). Esta prática musical não estava de acordo com as tradições regionais, e o tipo de evento que se relaciona a esta manifestação fere diretamente os costumes do MTG.

Contudo, ler a realidade a partir da Geografia é um desafio das disciplinas desta ciência, mas, acima de tudo, é uma necessidade para os que pretendem ler o mundo com a visão de quem busca uma lógica para o funcionamento da sociedade dentro da dinâmica espacial.

OBJETIVOS

Buscamos, dentro dessa perspectiva, consolidar nossos conhecimentos a respeito dos conceitos de espaço e região na visão da fenomenologia, ou seja, da Geografia Humanística e Cultural. O foco de nossas atenções se voltou à análise de um fenômeno espacial e regional muito importante para quem conhece a cultura do sul do Brasil – mais precisamente a cultura gaúcha.

Apesar dos movimentos de resistência, o nosso trabalho visava abordar esse fenômeno cultural como um saber já enraizado do nosso estado, intercalando os conceitos geográficos

pertinentes a este assunto.

METODOLOGIA

Realizamos e incluímos uma entrevista, fielmente registrada, que mostra alguns aspectos relacionados ao nosso objeto de estudo o qual serviu como apoio na discussão dos problemas relacionados às tradições culturais e regionais sendo considerados importantes para compreensão do tema proposto. Ademais, teve pesquisas bibliográficas sobre o regionalismo e fenomenologia além das reportagens sobre o tema para a complementação do estudo. Nas considerações finais teve a sustentação do texto de Milton Santos **O Espaço Geográfico, Um Híbrido**; da obra A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.

RESULTADOS

A partir da década de 1970, surge paralelamente à Geografia Crítica, a Geografia Cultural e Humanista, fundamentada na fenomenologia e no existencialismo, segundo análise de CASTRO E CORRÊA (2000). Os autores nos trazem novos conceitos e uma visão mais subjetiva do espaço, valorizando o significado que o homem imprime à paisagem. A busca pela compreensão dos fenômenos espaciais a partir da intuição, percepção e experiência dos indivíduos é a chave para o entendimento e o funcionamento da sociedade.

Em diversos autores, como em Tuan (1983 apud BEZZI, 2002), encontramos inúmeras abordagens relacionadas a esta visão humanista e cultural, tais como: espaço grupal, espaço pessoal, espaço mítico-conceitual, espaço sagrado/espaço profano, lugar/não lugar etc. O traço comum a essas novas concepções de espaço e todas as outras que encontram fundamento na fenomenologia, sendo o ponto de referência e estudo de um espaço geográfico que está alicerçado nos sentimentos, percepções, experiências vividas pelos homens, são justamente essas impressões que vão dar a importância e o significado aos lugares.

À medida que o capitalismo reestrutura a sociedade e redimensionam as relações e práticas sociais o espaço recebe novas influências globalizadas que, pouco a pouco, tendem a “uniformizar” os espaços, a torná-los mais homogêneos, menos distintos entre si, de forma a atender às necessidades deste sistema de produção. Isso certamente modifica o caráter afetivo dos lugares, e esta “afetividade”, agora, passa a servir como mais um estímulo à geração de capital.

> ....Machado utilizou o termo “tchê music” pela primeira vez em uma matéria publicada em 19 de março de 1999, para descrever o estilo do Tchê Guri, que seria atração no festival Canto da Lagoa, de Encantado. Ele propôs ao jornal lançar uma compilação com Tchê Garotos, Tchê Guri e Tchê Barbaridade. (MANSQUE, ABR. 2022)

Em suma, podemos perceber que, na visão da Geografia Humanista, com bases na fenomenologia, o espaço é algo que pode ser percebido de uma maneira filosófica. É marcado por um sentimento de totalidade do ser envolvido com o mundo através da vivência e da experiência em um determinado espaço. Este espaço é único, tendo particularidades que lhe conferem uma identidade, a qual o distingue dos demais.

Segundo BEZZI (2002), a noção de região aparece na geografia cultural de forma reciclada a partir de conceitos da escola possibilista, que focalizava a "paisagem" e o "gênero de vida" como elementos de distinção regional. O espaço organizado em regiões a partir da visão fenomenológica é compreendido como o espaço da subjetividade, onde fatores como a "consciência regional" (CASTRO e CORRÊA 2000), o sentimento de pertencimento, a mentalidade regional, a intencionalidade funcionam como balizadores, dimensionadores da divisão regional.

O indivíduo gera uma região única, incomparável; ele é quem constrói a sua história sobre certo espaço, num determinado grupo, gerando através de suas semelhanças uma determinada área, onde todos comunguem semelhantes percepções do espaço, possuam conhecimentos das mesmas técnicas de produção, assim construindo uma região. Nesse sentido, buscamos em MANSQUE (2022) a seguinte citação: "apesar da resistência, os tchês foram deixando de lado a indumentária, o que geraria desconforto nos setores mais puristas do tradicionalismo. Conforme dito pelo ex-vocalista do Tchê Garotos Sandro Coelho: "o que assustou os CTGs foi a maneira como a gurizada começou a dançar".

Segundo Haesbaert (1996), o que determina a região não são os limites territoriais, mas "critérios puramente subjetivos e não levando em conta a escala", pois se manifesta um novo arranjo espacial, num momento democrático de confrontação de identidades. Contudo, a região também pode ser uma concepção mais consistente quando associada a métodos sociais específicos de re-territorialização, principalmente na formação de regionalismos e nas identidades regionais, sendo estes vinculados à desterritorialização.

Ainda neste raciocínio de Haesbaert (1996), referindo-se ao previsível movimento de desterritorialização provocado pela globalização, acreditava-se que a região, neste contexto, "estaria em extinção, mas ela volta à tona através dos movimentos regionalistas [...]. O conceito (de região) pode ser mais bem definido [...] partindo de fenômenos/ realidades sociais concretas, especialmente os chamados regionalismos, em nível político, e as identidades regionais, em nível cultural". O sentimento de apropriação do espaço e da identificação com ele é, assim, condição indispensável para definirmos região. Essa manifestação de enraizamento e vínculo a um costume ou cultura mantém a produção e reprodução de novas "regiões", constituindo uma forma de manter certa agregação e coesão entre "parceiros da mesma tribo", mesmo que estejam separados por enormes distâncias. (GRIZOTTI, 2006, p. 38)

É o caso da "rede regional gaúcha" (HAESBAERT, 1996), movimento que os mantém integrados num mesmo sentimento, mesmas práticas culturais e os distingue das

outras culturas locais em qualquer parte em que plantem suas raízes. Este sentimento do "gaúcho" constitui o foco de nossa apreciação e análise, já que surge, em nosso meio "regional", uma "contracultura", totalmente peculiar ao nosso contexto, através das práticas culturais que envolvem os CTGs no nosso Estado.

Nesse segundo momento, a fenomenologia, usada no tema, é considerada como uma intencionalidade, constituída pelas experiências vividas que o MTG persiste em resgatar e preservar na cultura gaúcha, desde a década de 1940. Porém, com o advento da globalização e com ela novas tendências, novos comportamentos, novos ritmos musicais surgiram e sendo assim ocorre uma desterritorialização pois se globaliza o mundo vivido.

SAVARIS (2006) corrobora com o nosso estudo sobre a região, sob o ponto de vista cultural e do tema em questão, por meio dessa afirmação: "Ser um 'soldado do tradicionalismo' é fazer parte de um movimento popular que busca, através da apropriação de valores, fatos históricos e mitos, pela reprodução folclórica e na convivência familiar intensa, fortalecer o 'grupo local', firmar uma 'identidade própria' e fazer aflorar o sentimento inato de 'pertencimento".

A nova onda cultural da "Tchê Music" veio na contramão desta ideia e colocava "em risco", para os tradicionalistas que acreditavam na força desta coesão, o futuro da manifestação pura do sentimento de orgulho e honra da "alma gaúcha". MANSQUE (2022) reflete sobre o equívoco dos tradicionalistas em exigir uma coesão cultural:

> Para o jornalista e doutorando em comunicação João Vicente Ribas, os tradicionalistas exageram: – Normatizam a forma de se vestir, de se comportar e querem definir quais são os ritmos autênticos do Rio Grande do Sul. Centro cultural não é quartel. E há muitas incongruências e contradições em suas regras. (MANSQUE, ABR. 2022)

Se o espaço se moderniza pelas novas funções que assimila, o homem se adapta às novas tecnologias que ele mesmo cria, mas, na sua herança cultural, ele traz consigo o apego aos lugares, ao passado, aos hábitos de outrora, e mantém, através de seus costumes ligados às práticas de seus antepassados, um elo que o une a uma "visão bucólica" da paisagem (que não mais existe), a uma "nostalgia da tradição" (que ele sofre para manter).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz deste entendimento da geografia, o tema proposto mostra um leque de possibilidades e interpretações a respeito do espaço geográfico e sua interação com o homem. Desse leque, destacamos alguns aspectos: em primeiro lugar, há, nos indivíduos, ao mesmo tempo uma mentalidade "regional" e uma mentalidade "uniformizada", globalizante da cultura e das práticas sociais. Em segundo lugar, verifica-se que as pessoas precisam simultaneamente de manifestações abstratas e simbólicas de sua cultura e de sua percepção do espaço vivido, bem como necessitam de aplicação material e concretização

dos seus objetivos como indivíduos pertencentes a uma sociedade organizada, que deles espera um resultado quantitativo cada vez maior de espaço "produzido".

A partir desta análise, podemos compreender melhor toda a polêmica que envolve certas culturas, diversas práticas religiosas, alguns grupos ou "tribos" quando estes perdem espaço de manifestação, ou ainda, quando novas práticas tentam tomar lugar das tradições que unem essas pessoas ao seu "sentimento regional".

A sociedade, de forma geral, no senso comum, considera progresso a quantidade de riqueza material de seu povo acrescido da riqueza cultural de suas manifestações. Se isso fere ou não os princípios básicos a respeito do meio ambiente, da exclusão social, ou da busca pela multiplicação do capital desenfreada, é algo que fica em segundo plano. Vivemos numa sociedade em que todos os aspectos que dizem respeito à presença física do homem, convivem no mesmo espaço, manifestando-se simultaneamente.

Assim, quando falamos em "tradicionalismo", "gauchismo", "cultura gaúcha", polêmicas referentes às manifestações contrárias a este aspecto, orgulho dos costumes regionais, "superioridade da cultura gaudéria", nativismo, estamos mostrando as várias faces de um mesmo povo, que se caracteriza e distingue por suas práticas sociais, que se fixaram neste espaço regional do Rio Grande do Sul e que agora, por força da globalização e da consequente migração dessa cultura pelo mundo, fez com que o caráter regional do gaúcho seja, hoje, mais um 'produto' aliado à multiplicação do capital (mesmo sendo através de manifestações "impuras" da Tchê Music) e que ao mesmo tempo serve de apoio cultural e elo destas pessoas nascidas aqui para que se sintam, mesmo à distância, vinculadas à sua terra.

REFERÊNCIAS

BEZZI, Meri L. **Região Como foco de Identidade Cultural.** In: Região: uma (re) visão histórica da gênese aos novos paradigmas. 1ª ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2002.p.205-219

CASTRO, Iná E. de ;GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p.30-35.

GONZATTO, Marcelo; MELO, Itamar. **Tradicionalismo: fandango da discórdia.** Zero Hora, Porto Alegre, 23 abr. 2006. Geral,p.38-39.

GRIZZOTTI, Giovani. **Gaudérios Invadem Terras Americanas**. Zero Hora, Porto Alegre, 21 maio 2006. Mundo, p.38.

HAESBAERT, Rogério. **Região e Rede Regional "Gaúcha": entre Redes e Territórios.** In: Boletim Gaúcho de Geografia: por uma Geografia Cidadã. 1ª ed. Passo Fundo: Universitária,1996.p.15-27.

MANSQUE**,** William. **Em 1999, a Tchê Music ensaiou dominar o país. O que deu errado?** Disponível em:< https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2016/08/em-1999-a-tche-music-ensaiou-dominar-o-pais-o-que-deu-errado-7298662.html>. Acesso em : 18 mar. 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço Geográfico, Um Híbrido. In: A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec. 2005.p.89-110.

SAVARIS, Manoelito. **Tradicionalistas: os soldados de um movimento**. Porto Alegre,2006. Disponível em:< http://www.mtg.org.br >. Acesso em : 13 maio 2006.

ANEXO - ENTREVISTA

Realizada no dia 23 de maio de 2006, com o Sr. Manoelito Savaris, presidente do MTG; situado na Rua Guilherme Schell, nº 60, no bairro Partenon, em Porto Alegre, RS.

Silvana- Qual a preocupação, valores, que o MTG tende a manter na tradição gaúcha?

Sr. Manoelito Savaris- Primeiro tem que entender o que é o MTG; né. O MTG é uma federação de CTGs; né, talvez o nome nem é CTG, pode ser outro nome, por exemplo CCN,(Centro de Cultura Nativa) ou CTG (Centro de Tradição Gaúcha) ou eventualmente grupos menores que nós chamamos de piquete, piquete de laçador. Então essa federação, uma das finalidades da sua constituição da sua constituição há quarenta anos foi a da preocupação na preservação, resgate e divulgação da cultura regional sul Rio-Grandense, que chamamos de cultura gaúcha.

Bom, a cultura gaúcha é composta por vários elementos, nós temos aspectos da cultura que são: área do folclore, e tradições onde vamos encontrar hábitos, usos, costumes que são dessa área da tradição, então inclui a culinária, vestimenta, música, inclui procedimentos, comportamentos, lidas campeiras, a forma de lidar com o cavalo, por exemplo, isso faz parte de uma tradição construída ao longo da história do Rio Grande do Sul, não de toda história, mas pelo menos um lapso largo de história. E a cultura também tem aspectos não materiais são aqueles que chamamos de princípios, valores e de crença. Princípios, do tipo "associativo", é o princípio básico do movimento tradicionalismos gaúcho, que uma sociedade deve trabalhar com conceito de associação, o conceito de voluntariado, esse é um dos nossos primados, as pessoas trabalham voluntariamente, as pessoas não recebem remuneração para fazer gauchismo.

Então, o patrão do CTGs, os integrantes das entidades não podem ser remunerados, é um trabalho voluntário e cada CTGs e o próprio MTG são organizações não governamentais, são ONGs e a maioria delas com reconhecimento de utilidade pública. Então quando trabalhamos a questão, por exemplo, da música que envolveu essa atividade, um dos aspectos que envolveram essa entidade de Canoas, nós trabalhamos com um tipo de música que é feita no Rio Grande do Sul, em termos de gênero e ritmo. E

a deturpação dessa música, a mistura dessa música, gêneros e ritmos com outras áreas elas agridem um dos princípios, que o princípio da tradicionalidade e junto com isso vem à questão da entidade que não pode deixar de ser associação, deixar que algumas pessoas adonarem daquilo um meio de vida e nesse caso específico aconteceu isso, e deixou a entidade de realizar uma série de atividades de ordem cultural envolvendo os membros da associação e a comunidade para praticamente só realizar uma atividade de lazer envolve música, que chamamos de "bailão ",a sociedade chama de "bailão", pra isso não interessa a entidade se filiar.

Silvana- O que o MTG faz para se organizar e para se divulgar culturalmente?

Sr. Manoelito Savaris- O MTG é uma federação, quem realiza efetivamente as atividades tradicionais do tradicionalismo são os CTGs, as entidades filiadas. O MTG realiza algumas atividades, as atividades patrocinadas, organizadas dirigidas pelo movimento tradicionalista gaúcho, elas são sempre de nível estadual envolvendo várias entidades e as trintas regiões tradicionalista, o MTG divide trinta regiões do estado, então realizamos concursos de peões, concursos de prendas, em que os jovens se preparam culturalmente, intelectualmente, artisticamente, nos casos de peões na atividade campeira para participar de uma competição para provar quem se preparou melhor. E isso envolveu vários estágios e acaba envolvendo uma quantidade grande de jovens. Nós realizamos uma festa, uma campeira aonde realizamos as questões campeiras e esportivas tradicionais do Rio Grande do Sul, aquela espécie de finalização de temporada em que cada região seleciona seus melhores, uma atividade estadual, isso também nas atividades artísticas nós realizamos o ENARTE (Encontro de Artes de Tradição Gauchesca), que envolve também o Rio Grande do Sul e todo o CTG, e cada CTG realiza as suas atividades, tendo vários aspectos, pode ser de lazer, ou pode ser de conhecimento, de aprimoramento cultural, então isso se realiza o ano inteiro. Os CTGs fazem, mas os CTGs também fazem algumas coisas, mas o MTG tem o principal objetivo de apoiar os CTGs que fazem as suas atividades, de congregar, de manter uma linha de procedimentos.

Silvana- Conversei com o Sr. Manoelito Savaris, presidente do MTG, obrigada pela contribuição.

Sr. Manoelito Savaris- Tá ok. Obrigada você, sucesso.

CAPÍTULO 5

A CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO COM A ESCASSEZ DE ÁGUA NO DISTRITO DE ENCANTADO, QUIXERAMOBIM-CE

Data de submissão: 19/01/2023 *Data de aceite: 01/03/2023*

Francisco Joalci da Silveira Lopes
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
Quixeramobim – CE
https://lattes.cnpq.br/6834010778739171

Keilyane Felício de Oliveira
EEF – Aloísio Barros Leal
Quixeramobim – CE
http://lattes.cnpq.br/8031902436050702

Maria Celiania da Silva
Quixeramobim - CE
CEI – Zaine Belém
http://lattes.cnpq.br/3886087985378921

RESUMO: A presente pesquisa busca mostrar a situação hídrica do Distrito de Encantado município de Quixeramobim na região do Sertão Central, estado do Ceará, que faz parte do polígono das secas. Portanto, a ideia de desenvolver esse projeto surgiu devido algumas dificuldades por parte da comunidade, em compreender as causas e consequências da escassez da água. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido, visa apresentar a situação hídrica da comunidade, além de apresentar sugestões como soluções para amenizar os problemas causados pela estiagem e pelo uso inconsciente da água pela população. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foi uma pesquisa de campo, com coleta de dados junto à comunidade, levantamentos interrogatórios e reuniões com a comunidade buscando soluções para a problemática em questão. A pesquisa será de grande importância para compreender os impactos causados pela estiagem na comunidade, buscando estratégias de como amenizar os problemas enfrentados pela população devido à falta d'água, apresentando possíveis ações de comportamento que diminuam o desperdício de água. O principal objetivo da pesquisa é levar a população a reconhecer que a falta de água é causada principalmente pelo clima semiárido, com baixos índices pluviométricos, porém, o uso inadequado da água, contribui para agravar o problema da falta de água. Assim, este trabalho busca evidenciar um problema bastante conhecido pelos nordestinos, a seca, trazendo para discussões a utilização dos recursos hídricos, com debates de ideias que conscientizem a comunidade que convive com a estiagem e necessita da água para sobreviver.

PALAVRAS-CHAVE: Semiárido. Estiagem. Recursos hídricos. Consumo. Comunidade.

THE POPULATION'S CONVENIENCE WITH WATER SCARCITY IN THE DISTRICT OF ENCANTADO, QUIXERAMOBIM-CE

ABSTRACT: The current research aims to show the water issues of the Encantado district in the municipality of Quixeramobim in the Central Backwoods of Ceará State that is part of the drought polygon. Thus, the idea of developing this project arose due to some difficulties the community found in understanding the causes and consequences of water shortage. In this context, the following study aims to present the community's water issue as well as to present suggestions to relieve the problems caused by the drought or by the water misuse by the population. The methodological procedure used to develop this research was the field research with data collection in the community, interrogation surveys and meetings with the community in order to find solutions to the current issue. This research will be important to comprehend the impacts caused by the drought in the community, seeking strategies on how to release the problems faced by the population due to the water shortage, presenting suggestions of actions that reduce the waste of water. The main goal of this research is to lead the population to recognize that water shortage is mostly caused by the semi-arid climate with low rainfall indexes, however, the water misuse contributes to make the water shortage issue worse. Thus, this study aims to highlight an issue widely known by the northeast people: the drought, also, it discusses the use of water resources through debating ideas that raise awareness in the community that coexists with the drought and needs water to survive.
KEYWORDS: Semi-arid. Drought. Water resources. Consumption. Community.

1 | INTRODUÇÃO

A água é recurso natural indispensável para a preservação da vida na Terra, assim como, um bem precioso e essencial para a manutenção de toda a biodiversidade do planeta. O Nordeste é a região do Brasil que mais sofre com a escassez de água, sendo este um problema bastante comum no cotidiano da maioria da população que vive na região, e que precisa aprender a conviver com a seca, visto que não é uma situação simples de ser resolvida. Nesse sentido, os recursos hídricos são de grande importância tanto para o bem estar da população quanto para o desenvolvimento econômico da região.

A presente pesquisa foi realizada no Distrito de Encantado município de Quixeramobim na região do Sertão Central, do estado do Ceará, que faz parte do polígono das secas. O mesmo fica localizado às margens do Rio Banabuiú, principal fonte de captação de água que abastece a comunidade, além disso, existe um açude comunitário que é utilizado para lavar roupas, banhar animais, pesca e atividades de lazer, tornando a água imprópria para o consumo nas residências.

Devido à seca histórica entre 2012 e 2019 o abastecimento de água ficou bastante comprometido, na maioria das vezes a água que chegava as residências era turva, sem condições de ser consumida, durante esse período o rio e o açude secaram, com isso o Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, órgão responsável pelo abastecimento de água na comunidade providenciou a escavação de "cacimbas" no leito do rio para conseguir

captar água, adotando também políticas de racionamento de água durante a maioria dos dias da semana.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 1977: "Todos os povos, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento e as suas condições sociais e econômicas, têm direito a ter acesso a água potável em quantidade e qualidade igual às suas necessidades básicas". Assim sendo, a população mesmo sendo dotada de direitos sobre a água, continua enfrentado sérios problemas com a falta de água, principalmente em regiões semiáridas como o sertão nordestino.

O principal objetivo da pesquisa é levar a população a reconhecer que a falta de água é causada principalmente pelo clima semiárido, com baixos índices pluviométricos, porém, o uso inadequado da água, contribui para agravar o problema da falta de água. Assim, este trabalho busca evidenciar um problema bastante conhecido pelos nordestinos, a seca, trazendo para discussões a utilização dos recursos hídricos, com debates de ideias que conscientizem a comunidade que convive com a estiagem e necessita da água para sobreviver. A ideia de desenvolver esse trabalho surgiu, devido à necessidade da comunidade em compreender as causas e consequências da escassez de água, e conscientizar-se da importância do uso racional e adequado da água, com práticas simples de utilização desse líquido vital para a vida dos seres vivos, evitando assim o desperdício.

Portanto, este trabalho busca evidenciar um problema bastante conhecido pelos nordestinos, a seca, trazendo para discussões a utilização dos recursos hídricos no Distrito de Encantado, com levantamento de dados no próprio campo de pesquisa, através de entrevistas a respeito da falta de água e debates de ideias que conscientizem a comunidade que convive com a estiagem e necessita da água para sobreviver.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Pesquisar sobre as causas dos baixos índices pluviométricos na região do Distrito de Encantado, Quixeramobim-CE.

2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar elementos para o uso da água de forma consciente e sustentável, por parte da população;
- Buscar estudar algumas alternativas junto à comunidade para reduzir o desperdício de água;
- Investigar junto a empresa fornecedora de água (SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto) quais os motivos da falta de água potável.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Situação hídrica no nordeste brasileiro

De acordo com o INSA (Instituto Nacional do Semiárido), 2012: A região semiárida constitui um dos conjuntos paisagísticos mais exuberantes do território brasileiro. Possui uma área de aproximadamente 980.133,079 km² representando cerca de 92,97% do território nordestino. A população total inserida nos limites geográficos da região semiárida, está em aproximadamente 23.846.982 milhões de habitantes, contendo maior expressividade nos Estados do Ceará e da Bahia, equivalendo a 42,44% da população nordestina. (apud CRISPIM et al., 2016).

Dessa forma, pode-se observar que a região nordeste enfrenta sérios problemas com a estiagem, que ocorre durante o maior período do ano. Apesar de ser um fenômeno natural comum, a região semiárida apresenta uma deficiência hídrica decorrente da má distribuição de água no país, sendo uma das regiões mais populosas do Brasil, e que possui a menor disponibilidade de água para o consumo.

De acordo com o PAE-CE-Programa de Ação Estatual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (2010, p.372):

> Há três tipos de seca: a seca hidrológica, que pode ser entendida como a indisponibilidade hídrica nos reservatórios; a seca meteorológica, caracterizada pelo déficit hídrico, que fica bem abaixo da média esperada em uma determinada região e a seca agrícola, caracterizada pela indisponibilidade hídrica para o cultivo de plantas. (apud Crispim, 2016, p. 46).

Com isso, a comunidade convive com esses três diferentes problemas envolvendo a seca, causando impactos negativos na vida das pessoas, no contexto familiar, social e econômico. Nos ambientes familiar e social, pode-se destacar além da falta de água nas residências, a má qualidade que dificulta o consumo para as necessidades básicas diárias. No contexto econômico, observa-se dificuldades em atividades como agricultura, irrigação e a criação de animais.

De acordo com Crispim et al., 2016:

> A questão ambiental do semiárido nordestino sempre esteve marcada pela escassez hidroclimatológica, tendo como ponto crucial de discussão o "fenômeno das secas" como principal ponto de atraso da região. Mediante questões que vão desde a relação entre degradação ambiental e pobreza no semiárido, esta pauta deve ser bastante debatida não mais dentro de um viés determinista, mas em um contexto que estabelece a relação entre sociedade/natureza, onde questões como a efetivação como políticas públicas e conhecimento profundo dos elementos naturais semiáridos devem ser focadas dentro de uma visão conjunta e sistêmica na sua essência. (CRISPIM et al., 2016. p. 46)

Diante do exposto, a seca é um fenômeno natural que impacta diretamente no cotidiano da população, além disso, a degradação ambiental, o uso inconsciente da água,

intensifica os problemas causados pela escassez hídrica. Visto que, o ser humano explora o meio ambiente modificando a paisagem afim de produzir objetos para satisfazer as suas necessidades de consumo e, nessa ação, de forma consciente ou não, ele acaba por destruir a natureza, causando o esgotamento dos recursos naturais.

Dessa forma, não é somente a questão natural que interfere no fenômeno da seca, mas também as relações estabelecidas entre o homem e a natureza. Segundo a COGERH, 2010: as intensas e crescentes agressões ao meio ambiente vem comprometendo cada vez mais a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos disponíveis.

Nesse sentido, pode-se elencar algumas causas que impactam diretamente na escassez de água estabelecendo ligação direta com a ação humana indevida e irresponsável. São elas: o desperdício proveniente da falta de orientação das pessoas e de informação; a má utilização seja nas residências ou nas atividades agrícolas e de irrigação; o desmatamento principalmente das matas ciliares dos rios e riachos que provoca graves problemas de assoreamento dos corpos d'água e a poluição como o descarte direto de lixos e esgoto nos cursos d'água.

3.2 Gestão dos Recursos Hídricos no semiárido brasileiro

De acordo com o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), no mês de setembro de 2019 a comunidade de Encantado possuía 319 hidrômetros, destes 226 em funcionamento e 93 cortados, os cortes acontecem principalmente devido as famílias que se mudam da comunidade e solicitam o "corte", como também por falta de pagamento da conta de água. A taxa mínima de água é cobrada entre as faixas de 0 – 10 m³ de consumo de água. Durante o mês de setembro 52% das residências monitoradas ficaram dentro do consumo mínimo de 0 – 10 m³, 24% consumiram de 11 – 15m³, 15% consumiram de 16 – 20 m³, 6% consumiram de 21 – 30 m³, 2% consumiram de 31 – 40 m³ e 1% consumiram de 41 – 50 m³.

O consumo real de água durante o mês foi de 2.397 m³, porém o consumo é faturado de acordo com a variação de consumo entre as faixas, isto é, se uma residência consume 8 m³ por exemplo, o consumo faturado é de 10 m³, por estar dentro da faixa do consumo mínimo. Com isso, o consumo faturado no mês foi de 3.013 m³. Dessa forma, pode-se observar que 48% da população consumiu acima da média, ou seja, acima de 10 m³ e 52% consumiu dentro da média. Que ações práticas a comunidade pode fazer para diminuir consumo de água, de forma que fique dentro da média estipulada pelo SAAE? De que forma a água pode ser reutilizada?

As figuras a seguir representam o local onde a água que abastece a comunidade é captada: Figura 01, leito do Rio Banabuiú e Figura 02, fonte de captação de água no leito do Rio Banabuiú.



Figura 01: Leito do rio

Fonte: próprio autor



Figura 02: Fonte de captação

Fonte: próprio autor

A gestão dos recursos hídricos na Bacia do Banabuiú é gerenciada e disciplinada pela COGERH (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos), criada pela Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993. Atuando de forma descentralizada, integrada e participativa. Além da Bacia do Banabuiú, a companhia faz a gerenciamento de mais 12 bacias hidrográficas do estado do Ceará, incluindo açudes públicos, reservatórios, canais e adutoras.

De acordo com a COGERH, a companhia tem como finalidade:

> "Implantar um sistema de gerenciamento da oferta de água superficial e subterrânea do Estado, compreendendo os aspectos de monitoramento dos reservatórios e poços, manutenção, operação de obras hídricas e organização de usuários. Através da informação e divulgação de dados à comunidade, esta tem o papel de co-gestora dos recursos hídricos, para que possam tomar decisões coletivas e negociadas, como também avaliar a política de gestão a ser implementada nas bacias." (COGERH, 2020).

Dessa forma, a gestão dos recursos hídricos é planejada e organizada, com a participação de diversos atores envolvidos da sociedade, com isso, foram criadas associações, Comitês de Bacias Hidrográficas, que se reúnem em assembleias, que contam ainda com a participação de representantes da sociedade civil, sindicatos e prefeituras, afim de debater sobre o uso e a distribuição dos recursos hídricos.

Assim, os desafios enfrentados acabam interferindo no funcionamento do modelo de gestão dos recursos hídricos, gerando impactos negativos na distribuição da água nas comunidades. Como podemos observar na comunidade de Encantado, onde a água que chega as residências não é suficiente para atender as necessidades básicas da população.

Dessa forma, o Poder Público, a sociedade civil e os usuários dos recursos hídricos formam os Comitês de Bacias Hidrográficas, atuando de forma conjunta, no planejamento

e na aprovação de políticas voltadas para a distribuição dos recursos hídricos da bacia hidrográfica da qual fazem parte.

Com isso, pode-se perceber que a água é um recurso natural de direito público, assegurado em lei, com o objetivo principal de atender as necessidades básicas dos seres humanos e dos animais. Contudo, é um recurso limitado, ou seja, que não é inesgotável, o que pode se tornar escassa em algumas regiões, como na região do semiárido nordestino, que convive com a estiagem.

4 | METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa foram pesquisas de campo, com coleta de dados junto à comunidade, levantamentos interrogatórios e reuniões com a comunidade buscando soluções para a problemática em questão, levantamento e coleta de dados junto ao SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e observação direta analisando os dados obtidos comparando-os com a realidade local do campo de pesquisa.

Durante as reuniões foram apresentadas formas simples de como economizar e reutilizar a água, foram entregues também panfletos com orientação de como economizar água, como por exemplo: tomar banhos mais curtos, limpar a louça antes de lavá-la, observar os vazamentos e reutilizar a água da máquina de lavar para dar descarga. Além disso, foi discutido formas de armazenar água durante o período das chuvas, como a construção de cisternas, que é um deposito construído abaixo do nível da terra, que com uso de calhas e canos recebem a água das chuvas que vem dos telhados das casas.

Os dados analisados foram de grande relevância para compreender e contextualizar a problemática da escassez de água, trazendo para a discussão um problema que ocorre com frequência no cotidiano das pessoas que vivem no semiárido. Dessa forma, houve a participação da comunidade, colaborando com ideias e opiniões a respeito do assunto, contribuindo assim, de forma bastante positiva para o desenvolvimento da presente pesquisa.

5 | RESULTADOS

No dia 05 de dezembro de 2020, foi realizado uma entrevista com 35 habitantes do Distrito de Encantado, entre adolescentes, adultos e idosos, sobre a falta de água na comunidade. De acordo com a Secretaria de Saúde do município de Quixeramobim, 2020, o Distrito de Encantado possui aproximadamente 2.000 habitantes, com isso, foram entrevistadas 35 pessoas, cerca de 1,75% da população total. Essa entrevista aconteceu de forma remota, através da Plataforma Google Forms, devido ao momento pandêmico em que a população mundial está vivenciando, buscando assim, manter o distanciamento social, respeitando os decretos publicados pelos órgãos oficiais de saúde sanitária.

A entrevista foi baseada num questionário contendo oito perguntas, são elas: 1-Qual a importância da água para a sua vida?; 2-Na sua opinião, quais são as causas da falta de água na comunidade de Encantado?; 3-A qualidade da água que chega a sua residência é ideal para o consumo nas suas atividades diárias?; 4-Você possui algum reservatório em sua residência para armazenar água?; 5-A quantidade de água que chega na sua residência é suficiente para atender às suas necessidades básicas diárias?; 6-Você procura economizar água?; 7-De que forma você economiza água? Cite-as.; 8-Você acha que economizar e reutilizar água é importante?

A seguir pode-se observar as respostas em forma de porcentagem, bem como uma análise qualitativa dos resultados obtidos.

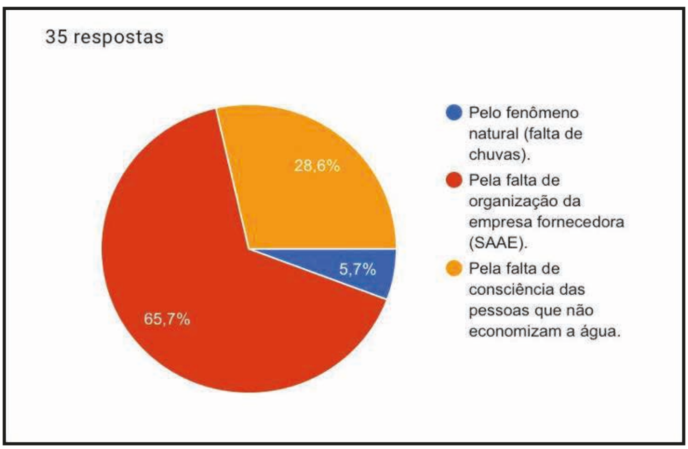


Figura 3: Quais as causas da falta de água na comunidade?

Fonte: próprio autor

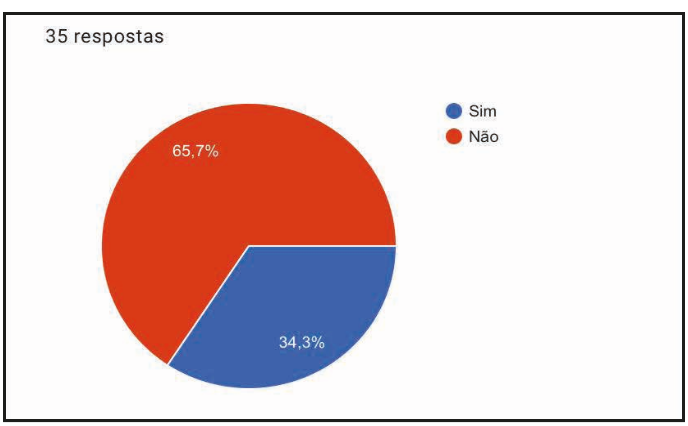


Figura 4: A qualidade da água que chega nas residências é ideal para o consumo?

Fonte: próprio autor

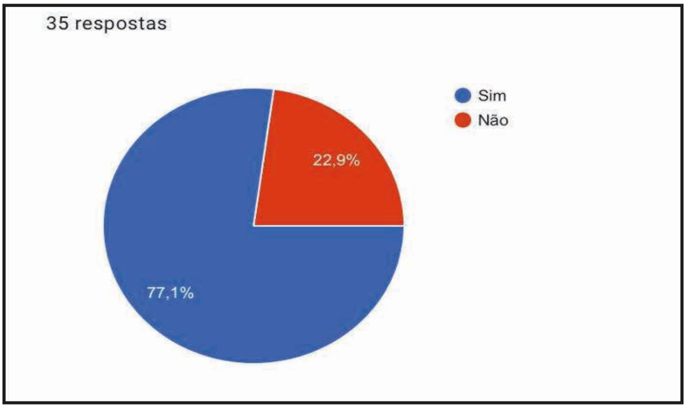


Figura 5: Residências que possuem algum reservatório de água.

Fonte: próprio autor

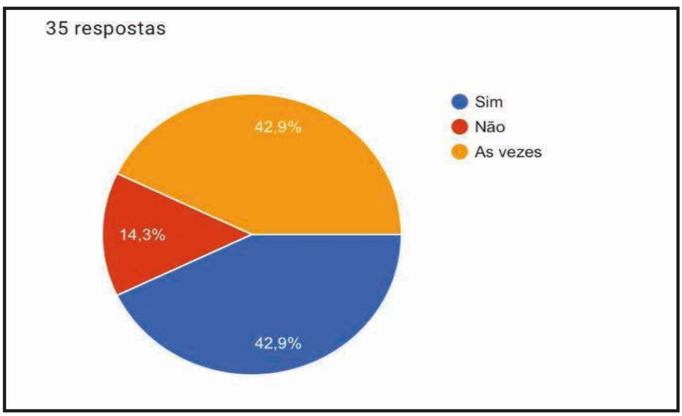


Figura 6: A quantidade de água que chega as residências é suficiente para atender as necessidades básicas diárias?

Fonte: próprio autor

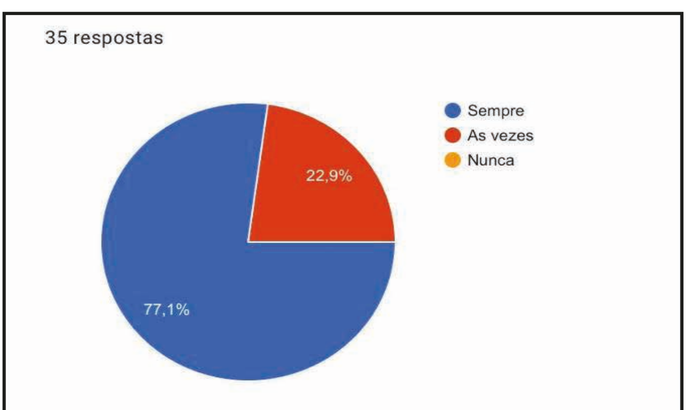


Figura 7: Porcentagem de pessoas que procuram economizar água.

Fonte: próprio autor

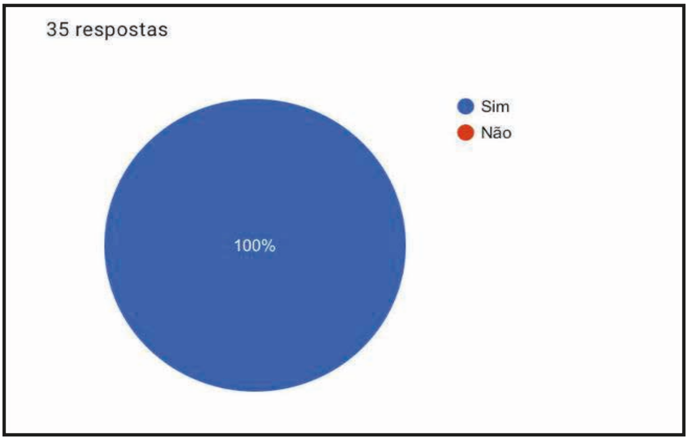


Figura 8: Porcentagem de pessoas que acham que economizar e reutilizar água é importante.

Fonte: próprio autor

A partir da análise dos dados obtidos através das respostas da entrevista, observa-se que a maioria das pessoas consideram a água como um bem fundamental para a existência dos seres vivos, de extrema importância para uma boa qualidade de vida e desenvolvimento econômico da comunidade.

Em relação a falta de água na comunidade, 65,7% dos entrevistados consideram que ocorre devido à falta de organização da empresa fornecedora, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), 28,6% devido à falta de consciência das pessoas que não economizam água e 5,7% devido ao fenômeno natural (falta de chuvas). Portanto, podemos perceber que a crise hídrica local também está relacionada a um problema logístico, ou seja, por mal gerenciamento do órgão responsável pelo abastecimento.

No tocante a qualidade da água que chega as residências, 65,7% consideram que a água não é ideal para o consumo nas atividades diárias, já 34,3% consideram ideal. Nesse sentido, a água que chega à maioria das residências não é apropriada para o consumo nas atividades básicas do dia a dia.

Com relação aos reservatórios de água em cada residência, 77,1% das casas possui algum tipo de reservatório e apenas 22,9% não possui nenhum reservatório. Dessa forma, pode-se perceber que a maior parte da população tem adotado estratégias para minimizar o problema da falta de água em suas residências.

No que diz respeito a quantidade de água que chega as residências, 42,9% consideram que é suficiente para atender as necessidades básicas, 42,9% consideram que nem sempre é suficiente e 14,3% consideram insuficiente. Dessa forma, pode-se perceber que a quantidade de água que chega nas casas não consegue atender as necessidades de toda a população.

Em relação à economia de água, 77,1% das pessoas procura de alguma forma

economizar água e 22,9% economiza as vezes. Os entrevistados responderam que para economizar água tomam algumas atitudes consideradas essenciais, por exemplo: procuram deixar a torneiras sempre fechadas, desligando-as sempre que possível no momento em que escovam os dentes, lavam as mãos ou a louça; desligando o chuveiro enquanto passam o sabonete ou shampoo, tomando banhos curtos; juntando uma quantidade de roupa maior para levar à máquina de uma só vez e reutilizam a água da máquina de lavar para dar descargas e lavar as calçadas.

Por fim, a opinião das pessoas em relação a importância de economizar e reutilizar a água, 100% dos entrevistados consideram de fundamental importância tais práticas. Dessa forma, é notório que a maioria das pessoas da comunidade, acostumadas a conviver com a falta de água, procuram formas de economizar e reutilizar água, buscando estratégias para lidar com o problema da escassez de água.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação hídrica do semiárido é uma problemática histórica, que faz parte do cotidiano das pessoas que precisam conviver com a estiagem, uma vez que, a população não consegue se livrar do problema de forma simples. Pois a seca é causada principalmente por fenômenos naturais, contudo, tal situação pode ser agravada por falhas na gestão dos recursos hídricos, pela falta de políticas públicas e investimentos no combate à seca, como também, pela utilização da água de forma irresponsável por parte da população.

Nesse contexto, o presente trabalho buscou apresentar a situação hídrica da comunidade de Encantado, trazendo para a discussão as principais problemáticas, bem como formas de minimizá-las. Desse modo, acredita-se que essa pesquisa trouxe informações e conhecimentos relevantes tanto para o meio acadêmico quanto para a população local, evidenciando os efeitos causados pela estiagem, buscando mostrar estratégias e ações que possam diminuir o desperdício de água.

A pesquisa trouxe importantes resultados, principalmente por meio da entrevista realizada com os moradores do Distrito de Encantado, na qual foram feitas perguntas chave acerca da falta de água na comunidade. A partir desses resultados pode-se compreender o núcleo do problema, bem como as necessidades da população local e opinião das pessoas a respeito da água.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (Brasil). **Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos.** Agência Nacional das Águas (ANA). Brasília, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (Brasil). **Lei nº 9433 de 1997.** Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sre/alocacao-de-agua/oficina-escassez-hidrica/legislacao-sobre-escassez-hidrica/uniao/lei-no-9433-1997-pnrh/view>, Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL DOS DIREITOS HUMANOS, USP. **Agenda 21.** Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Agenda-21-RIO-92-ou-ECO-92/capitulo-18-protecao-da-qualidade-e-do-abastecimento-dos-recursos-hidricos-aplicacao-de-criterios-integrados-no-desenvolvimento-manejo-e-uso-dos-recursos-hidricos.html>, Acesso em: 30 de novembro de 2020.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (COGERH). **Histórico.** Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/historico/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

CRISPIM, A.B; SOUZA, M.J.N; QUEIROZ, P.H.B; SILVA, E.V. **A questão da seca no semiárido nordestino e a visão reducionista do estado: A necessidade da desnaturalização dos problemas socioambientais.** Rio Grande, Revista de Educação Ambiental, Edição Especial V, Vol.1, n.2, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conferência das Nações Unidas sobre a Água.** Mar da Prata, Uruguai, 1977.

PAE, Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAE-CE.** Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria dos Recursos Hídricas, 2010. 372p.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE). **Relatório Técnico.** Sistema de Faturamento e Cobrança. Quixeramobim, 2019.

SILVA, M.E.F; OLIVEIRA, G.F; SILVA, B.T; AMORIM, J.R. **A escassez de água no Sertão Central cearense: políticas públicas de convívio com a seca no município de Quixeramobim-CE.** Belo Horizonte: IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade, 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

ADILSON TADEU BASQUEROTE - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutoramento Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar. http://orcid.org/0000-0002-6328-1714

A

C

D

E

F

G

H

A GEOGRAFIA
COMO PRÁTICA ESPACIAL
DE SIGNIFICAÇÃO



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2023

A GEOGRAFIA
COMO PRÁTICA ESPACIAL
DE SIGNIFICAÇÃO



www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

Ano 2023